



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL (MESTRADO) – UEPB/UFCG

JOSÉ CARLOS ANTUNES DE MELO

**IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS
RURAIS NO MUNICÍPIO DE SOSSEGO/PB**

CAMPINA GRANDE
2012

JOSÉ CARLOS ANTUNES DE MELO

**IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS
RURAIS NO MUNICÍPIO DE SOSSEGO/PB**

Dissertação apresentada ao Programa
Associado de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Regional (Mestrado)
UEPB/UFCG para obtenção do título de
Mestre em Desenvolvimento Regional.

Área de concentração: Estado, Políticas
Públicas e Movimentos Sociais

Orientadora: Prof. Dra. Rosilene Dias Montenegro (UFCG/UEPB)

CAMPINA GRANDE
2012

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL - UEPB

M528i

Melo, José Carlos Antunes de.

Impactos sociais e econômicos da criação de assentamentos rurais no município de Sossego/PB [manuscrito] / José Carlos Antunes de Melo. – 2012.

108 f. : il. color.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Estadual da Paraíba, Pró Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2012.

“Orientação: Profa. Dra. Rosilene Dias Montenegro, Departamento de Educação.”

1. Reforma Agrária. 2. Trabalho. 3. Ascensão social. 4. Agricultura familiar I. Título.

21. ed. CDD 333.31

JOSÉ CARLOS ANTUNES DE MELO

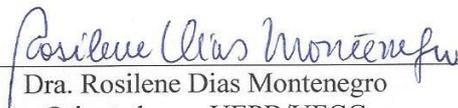
**IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS
RURAIS NO MUNICÍPIO DE SOSSEGO/PB**

Dissertação apresentada ao Programa
Associado de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Regional (Mestrado)
UEPB/UFCG para obtenção do título de
Mestre em Desenvolvimento Regional.

Área de concentração: Estado, Políticas
Públicas e Movimentos Sociais.

Defesa em: 07/Dezembro/2012

BANCA EXAMINADORA:


Dra. Rosilene Dias Montenegro

Orientadora – UEPB/UFCG



Dr. José Luciano Albino Barbosa
Examinador do Programa – UEPB



Dr. José Geraldo de Vasconcelos Baracuh
Examinador Externo – UFCG

DEDICATÓRIA

A **Deus**, autor da Vida.

A minha família, apoio sempre presente durante todo o curso.

A Fabiana Elias Silva Antunes, esposa.

A Talita Silva Antunes e Túlio Carlos Silva Antunes, filhos.

Severino Antunes de Lima e Margarida de Melo Lima, pais.

Vera Lúcia Antunes de Lima, Antonio Antunes de Melo, Geyza Antunes de Melo (em memória), João Daniel Antunes de Melo e Manuel Maria Antunes de Melo, irmãos.

Pedro (em memória) e Mirian, sogro e sogra.

Abdon, Divina, Socorro, Patrícia, Magnólia e Claudete, cunhados e cunhadas.

Aos demais familiares.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em especial. Ele possibilita tudo.

A Fabiana Antunes, minha esposa. Companheira e incentivadora. Sua crença em minha capacidade me dá força. Faz parte desta história de forma muito especial.

A Talita e Túlio, meus filhos. Jóias de valor incalculável. Presente de Deus.

A Severino e Margarida, meus pais. O que sou tem suas marcas.

A Vera Lúcia, Antonio, Manuel Maria e João Daniel, meus irmãos. Faltou tempo, sobrou participação. Mais que irmãos, amigos.

Vera Lúcia e Antonio Antunes, suas contribuições foram decisivas.

De forma particular, a Professora Dr. Rosilene Dias Montenegro, minha orientadora. Sua participação e as palavras de apoio foram decisivas para chegarmos aqui.

Aos membros da Banca Examinadora, Prof. Dr. José Luciano Albino Barbosa (UEPB) e Prof. Dr. José Geraldo de Vasconcelos Baracuhy (UFCG) pela disponibilidade e contribuições a este trabalho.

Ao professor Dr. Cidoval Moraes. Mais do que Coordenador, um amigo.

A todos os professores do programa por sua contribuição para nosso aprendizado.

Aos demais funcionários ligados ao MDR.

Aos colegas das turmas 1 e 2 do MDR. Novos amigos.

Aos moradores dos quatro assentamentos pesquisados e as demais pessoas envolvidas na pesquisa.

A José das Vitórias, Uziel e demais companheiros de Baraúna/PB.

A Valmir, Cristina e demais companheiros de Cubati.

A Branquinha e demais amigos.

Por fim, a todas as pessoas que, de forma direta ou indireta, contribuíram para que chegássemos ao fim desta jornada.

Trabalhador, homem bravo

Trabalhador homem bravo
Que jamais si acomodou
Trabalhastes como escravo
Exposto a chuva e ao calor
Morando na terra alheia
Tinha que pagar a meia
Muito pouco lhe sobrava
E o ingrato patrão
Vendo esta situação
Um tostão não lhe emprestava

E o tempo se passando
Dia vai semana vem
O sofrimento aumentando
Só cantiga do vem, vem
Veio a Liga Camponesa
Na palavra bem coesa
De Francisco Julião
Mais logo foi sufocado
O plano do deputado
Não foi nem pra votação

Depois chegou João Goulart
Que ainda assinou a lei
Mais um levante sem par
Condenou porque não sei
Aí foi grande o mau trato
Dissolveram sindicato
Mas não acabou a fé
Do trabalhador sofrido
O Brasil foi sacudido
Numa bruta marcha ré
Também dona Margarida
Que estava elaborando
Um projeto salva vida
E a elite protestando
Dizendo que essa empreitada
Não era da sua alçada
Mais sua voz não calou
Só depois que ela morreu
O Brasil todo conheceu
O tamanho do seu valor

Dos brasileiros alguns
Sou obrigado a lembrar
O filho de Garanhuns
Um nordestino exemplar
Que governou o país

E o latifundiário
Vivia sorrindo a toa
Tratava o pobre operário
A mais humilde pessoa
Não lhe faltava dinheiro
Vinha até do estrangeiro
Comprava boi e garrote
Com o dinheiro emprestado
Ele já tinha estudado
A maneira do calote

Mais Deus pra pintar na área
Não precisa vir a jato
Chegou a justiça agrária
O INCRA e o Sindicato
Chegaram de uma vez
Uniram-se então os três
Aí a coisa mudou
Quem fez mal a natureza
Era uma luz acesa
Que veio o vento e apagou

Hoje o seu filho aprende
E não é discriminado
Mas não esqueça Chico Mendes
O herói sacrificado
Morreu mais não foi covarde
Essa chama eterna arde
No coração do honesto
Que viu seu líder na cova
Mais morto ele deu a prova
Que era um sinal de protesto

Agora peço desculpas
A cada assentamento
Padre Assis e São Luis
Campos Novos e Sombrio de
Dentro
E desejo muita paz
Que este povo jamais
Sofra tanta humilhação
Os pais sofreram por nós
Aqueles foram heróis
Sem armas nem munição

Autor: Severino Antunes de
Lima

Fazendo o pobre feliz
Com educação e saúde
O mais Deus manda de lá
Coragem pra trabalhar
Bonança paz e virtude

Até mesmo a natureza
Se considera vingada
Onde há lavoura e riqueza
Outrora era uma queimada
O arbusto está subindo
E o solo se vestindo
Com a roupa que Deus deu
Pouco tempo Catingueira
O Angico, a Aroeira
Toma o lugar que foi seu

Poeta sosseguense

**Historia de criação do PA
Padre Assis**

*Dia cinco de outubro, 1997 o
ano*

*Reuniu-se um grupo para
organizar
Somente o plano de ocupar
Uma área que estava no
abandono*

*Este grupo reunido tinha a
melhor intenção
Pensava em trabalhar
Queriam no chão cultivar
Isto durou pouco tempo, houve
uma destruição*

*Tinham construído barracas de
plástico
Sobre estacas de marmeleiro e
pendão
Uma vila construída com emoção
Que parecia um sonho
fantástico*

*Este povo reunido, fazia tanta
oração
Rezavam para São Pedro, Santo
Antonio e Maria
Quando apareceu a polícia
Fizeram preces até para São
João*

*Veio a polícia de choque do
interior do Estado
De Sossego, Picuí e Baraúna
Juntaram-se ao destacamento de
Campina
Da cidade de Cuité os
camburões chegam lotados*

*O Oficial de Justiça chegou
com um papel na mão
Disse, vocês obedeçam a ordem
judicial
Senão vamos usar a força
policial
Temos que cumprir a Ordem de
Reintegração*

*Começaram nossas barracas
desmontar
Entre choro, gemidos,
decepção e desgosto
Deixando a propriedade a
contragosto
Fomos pra terra de seu
Sizenando, gente de se
admirar*

*Lá passamos mais de um ano,
com certa tranquilidade
Só aguardando o momento com
firmeza
De receber a posse da terra,
tínhamos certeza
Quando isto aconteceu, foi
grande a festividade*

*Ouvi na Voz do Brasil a tal
desapropriação
O povo se reuniu no
acampamento
Foi àquela festa e
congratamento
De longe se ouvia os tiros
do foguetão*

*Tudo isto aconteceu, foi à
história quem quis
Construímos nossa Vila
definitiva
Aqui na história o registro
se eterniza
Em gratidão pela ajuda, a
batizamos de Padre Assis*

*Agradeço a São Francisco e a
senhora nossa madrinha
Por ter me ajudado a escrever
nossa trajetória
Aproveito o momento da
vitória
Para oferecer a todos os
assentados esta breve
historinha*

*Autor: Inácio José dos Santos
Poeta sosseguense e
beneficiário do PA Padre
Assis*

RESUMO

A presente Dissertação de Mestrado trata de um estudo de caso sobre um grupo social de trabalhadores rurais que vivia do trabalho como meeiros, diaristas ou moradores em terras de terceiros, no município de Sossego/PB e circunvizinhança. A partir de algumas políticas públicas, particularmente o Programa de Reforma Agrária do Governo Federal que resultou na instalação dos Programas de Assentamentos Rurais existentes no município de Sossego, estas famílias passaram à condição de agricultores familiares. O objetivo desta dissertação é analisar o impacto das mudanças sócio-econômicas na vida dessas famílias, verificando e contrapondo aspectos sócio-econômicos e culturais de antes e depois de se tornarem assentadas. Para tanto, analisamos o processo histórico particular às vidas desse grupo de famílias, observando suas formas de trabalho e organização antes da ocupação dos lotes e, as desenvolvidas após a ocupação. A análise nos remete ao estudo e reflexão do tema na literatura sobre assentamentos rurais e a análise do material coletado por meio de questionários e entrevistas semi-estruturadas. Por fim, o trabalho demonstra que a reforma agrária conseguiu produzir importante alteração na estrutura fundiária do município de Sossego, além de produzir melhoria na qualidade de vida das famílias assentadas, tendo sido avaliada como positiva por cada uma destas famílias.

Palavras-Chave: Reforma Agrária; trabalho; ascensão social; agricultura familiar.

ABSTRACT

This Master's Thesis is a case study of a group of social workers who lived in rural work as sharecroppers, day laborers and residents on land of others, in the municipality of Sossego / PB and surroundings. From some public policies, particularly the Land Reform Programme of the Federal Government which resulted in the installation of programs Rural Settlements in the municipality of Sossego, these families came to the condition of farmers. The goal of this dissertation is to analyze the impact of changes in the socio-economic lives of these families, checking and contrasting socio-economic and cultural aspects of before and after becoming settled. Therefore, we analyzed the historical process particular to the lives of this group of families, observing their ways of working and organizing before the occupation of the lots, and those developed after the occupation. The analysis leads us to the study and reflection of the theme in the literature on rural settlements and analyze the collected data through questionnaires and semi-structured interviews. Finally, the study demonstrates that land reform could produce important changes in the agrarian structure of the municipality of Sossego, besides producing improved quality of life of families settled, having been assessed as positive by each of these families.

Keywords: Agrarian Reform; work; social mobility; family farm.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 - Avaliação da infraestrutura nas agrovilas dos PAS do município de Sossego	77
MAPA 1 - Mapa da Região do Agreste Paraibano	40
FOTO A - Acampamento construído nas terras do Sr. Sizenando Paulino.	49

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Número de famílias residentes nos P.A.s de Sossego de acordo com o município de origem	43
TABELA 2 - Ocupação das famílias antes de se tornarem beneficiárias dos P.A.s e do Banco da Terra Sombrio	64
TABELA 3 - Avaliação do nível de acesso à educação e à saúde após a instalação das famílias nos assentamentos em comparação com a situação anterior	75

LISTA DE ABREVIATURAS

CAGEPA	Companhia de Água e Esgotos da Paraíba
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DOU	Diário Oficial da União
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEF	Fundo Nacional de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR	Imposto Territorial Rural
MS	Ministério da Saúde
MST	Movimento dos Sem Terras
PA	Projeto de Assentamento
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RB	Relação de Beneficiários
SES	Secretaria Estadual de Saúde
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SUPRA	Superintendência de Política Agrária
SUS	Serviço Único de Saúde
UDR	União Democrática Ruralista
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: A QUESTÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS	28
1.1 Contexto histórico gerador dos conflitos agrários no Brasil	28
1.2 A ação do Estado no espaço agrário brasileiro	32
1.3 Políticas públicas voltadas à produção do campo	35
CAPÍTULO 2 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS UNIDADES ASSENTADAS...	40
2.1 Processos de Instalação	40
2.2 Experiências na implantação das Unidades Assentadas	48
2.3 Organização das unidades assentadas	57
2.4 Organização das Agrovilas	60
CAPÍTULO 3 IMPACTOS DA INSTALAÇÃO DAS UNIDADES ASSENTADAS..	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84
APÊNDICES	87
APÊNDICE A – Fotos com beneficiários do PA Padre Assis	88
APÊNDICE B - Fotos do PA Padre Assis	89
APÊNDICE C - Fotos com beneficiário do PA São Luis	90
APÊNDICE D - Fotos do PA São Luis	91
APÊNDICE E – Açude Santa Rita	92
APÊNDICE F – Fotos do PA Campos Novos	93
APÊNDICE G – Açude do PA Campos Novos	94
APÊNDICE H - Poeta Severino Antunes de Lima	94
APÊNDICE I – Luis Vitor, Presidente da Associação Comunitária do PA Campos Novos	94
APÊNDICE J – Escola Comunitária do PA Padre Assis.....	94
APÊNDICE K – Escola do PA São Luis	95
APÊNDICE L – Postos de Saúde nas comunidades assentadas.....	95

APÊNDICE M – EMEF Manoel Delmiro Ferreira	96
APÊNDICE N – Caixa D'água nas comunidades assentadas	96
APÊNDICE O – Beneficiários das comunidades assentadas	97
APÊNDICE P – Templos Religiosos nas comunidades assentadas	98
APÊNDICE Q – Orelhões instalados nas comunidades assentadas	99
APÊNDICE R – ROTEIRO DE ENTREVISTA	101
ANEXOS	105
ANEXO A - Mapa do Estado da Paraíba com o município de Sossego em destaque	106
ANEXO B - O Município do Território do Curimataú	107
ANEXO C - Mapa do Município de Sossego/PB, em destaque as unidades assentadas	108

INTRODUÇÃO

O acesso a terra no Brasil, desde o período da colonização até a contemporaneidade, tem sido marcada por processos de lutas entre os diversos atores envolvidos. Essas lutas têm sido travadas em geral por famílias sem terra, tendo como ação principal as ocupações de propriedades rurais. A partir dos anos oitenta do século passado, as ações de lutas por terra basearam-se na articulação de instrumentos, ou canais de sustentação política, por meio da atuação em grupos sociais organizados como o Movimento dos Sem Terra - MST, a Comissão Pastoral da Terra - CPT e alguns partidos políticos. Na contramão dos movimentos sociais estavam os grandes proprietários de terra, àqueles que querem manter inalterada a estrutura agrária brasileira, tendo como mais importante representante a União Democrática Ruralista - UDR, bloco ruralista formado por vários partidos e organizações políticas ligadas aos proprietários de terra, particularmente os latifundiários.

Na história da luta pela terra no Brasil e dos movimentos sociais representativos dos interesses dos sem terra, se deu um dos mais importantes movimentos de luta pelo acesso a terra e pela reforma agrária, que foram as Ligas Camponesas. Esse movimento social surgiu a partir de 1955 e ganhou grande visibilidade entre fins de 1950 e início de 1960, a partir da organização de arrendatários, pequenos proprietários rurais e trabalhadores da Zona da Mata pernambucana, propagando-se por localidades do vizinho Estado da Paraíba. Esses trabalhadores rurais, arrendatários, pequenos proprietários rurais, dentre outras modalidades de relação de acesso ao trabalho na terra, buscaram por meio desta organização nas Ligas Camponesas, não somente o questionamento da concentração de terras improdutivas nas mãos da minoria, mas, principalmente, a reivindicação de acesso a terra por meio de um amplo programa de reforma agrária que promova efetivamente justiça social no campo.

Na tentativa de mediar esses conflitos, o Governo Federal lançou o Decreto nº 91.766/85 que estabeleceu as normas do I Plano Nacional de Reforma Agrária – I PNRA. Nesse documento estava estruturado o Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais como plano da nova política nacional de desenvolvimento rural.

Desse modo, os assentamentos rurais, a partir da década de 1980, passaram a fazer parte da política agrária brasileira, sobretudo por se tratar de uma resposta concreta às pressões sociais provocadas pelas famílias sem terra e pelos setores da sociedade que defendem um amplo programa de reforma agrária em solo brasileiro. Além disso, “os assentamentos de reforma agrária se constituem, para a maioria dos assentados, em um

retorno à vida rural” (WANDERLEY, 2009, p. 307), e maior participação na economia tanto como produtores quanto consumidores, uma vez que estes novos espaços tem se revelado como um meio apto a promover a inserção das famílias assentadas no mercado de consumo, uma vez que a participação dos pequenos produtores nesse setor da economia era pouco significativa, dentre outros motivos, pela inconsistência das fontes de renda própria ou mesmo por insegurança salarial.

A partir da constituição dos assentamentos, novas territorialidades passam a ser arquitetadas, traduzindo os diversos sentidos desta nova formação territorial. Os atores sociais envolvidos contribuíram com muitas mudanças no cenário tradicional, diversificando a agricultura, incorporando tecnologias sustentáveis, desenvolvendo a pluriatividade no campo, criando feiras livres enfim, dando nova feição a esses recortes espaciais.

Todavia, a constituição de um assentamento rural envolve questões diversas que vão desde a inserção da família no Cadastro Nacional do Programa de Reforma Agrária até a ocupação de uma propriedade rural como forma de pressionar o poder público para efetivar a desapropriação da terra. “Os estudos realizados sobre assentamentos mostram que essas unidades têm sido criadas a partir de uma lógica de intervenção governamental que tem privilegiado a ação pontual sobre situações de conflito...” (MEDEIROS e LEITE, 2004, p. 19).

Após a desapropriação da terra e a conseqüente instalação das famílias, inicia-se um novo processo de negociação considerando-se desde a escolha do modelo de distribuição das casas na área do assentamento rural, até a constituição dos instrumentos de representação política da comunidade assentada, que pode ser através de associação de moradores, cooperativas etc. O modelo de construção das casas pode ser a opção pela agrovila ou a construção nos lotes.

Na formação dos assentamentos, as relações que o poder público passa a estabelecer com a comunidade assentada assumem papel de destaque, visto que os financiamentos do governo serão essenciais na construção das moradias, no cercamento e beneficiamento dos lotes, na aquisição de insumos, equipamentos e animais e na contratação de serviços diversos, entre outros.

A assistência técnica é fator decisivo para o sucesso do assentamento, visto que oferece apoio especializado para que às famílias desenvolvam seu trabalho quando de posse dos lotes. Isto fica evidente quando se observa que uma das marcas identificadas nas pesquisas em diversas experiências de assentamentos pelo Brasil é o baixo nível de

escolarização das famílias assentadas, onde a quantidade de pessoas não letradas é muito grande (MEDEIROS, 2004, p.35). Estas famílias, portanto, precisam de suporte qualificado que forneça orientação especializada em momentos de decisões importantes, tais como a escolha das melhores culturas para o cultivo nos lotes, os tipos e raças de animais que podem ser criados, a contratação e aplicação de empréstimos junto à rede bancária e a venda da produção, entre outros.

A pesquisa aqui realizada alude ao entendimento do percurso histórico das famílias assentadas, no Curimataú paraibano, para compreender, a partir de uma escala local, os processos de mudança pelos quais passaram, e assim contribuir para a compreensão dos impactos resultantes da formação dessas áreas reformadas. Estas famílias pertenciam a um grupo de trabalhadores do campo que, por razões históricas, estavam afastadas da posse da terra. Para se manter, tinham que se ligar a um produtor rural da localidade. Esta relação de trabalho, invariavelmente, baseava-se em condições precárias, haja vista não haver a formalização contratual. Sem esta formalização contratual, não há cobertura previdenciária, instrumento importante para a proteção do trabalhador, seja em casos eventuais ou para a própria aposentadoria.

A situação do campo era regida pelas imposições dos latifundiários que detinham os meios de produção, estabelecendo relação de dependência dos trabalhadores rurais que, sem alternativa, tinham que se submeter às péssimas condições de trabalho e renda a eles oferecidas nas fazendas.

O assentamento, ao entregar a posse da casa e da terra, confere ao trabalhador do campo o poder de decisão sobre seu futuro, emancipando-o, ainda que com muitas dificuldades, do controle do grande produtor rural.

Esta transição de trabalhador rural para agricultor familiar com todas as implicações sociais dela decorrentes é o objeto de estudo sobre o qual este trabalho se debruçou. O estudo das condições de vida dos trabalhadores antes dos assentamentos, estabelecendo comparação com a sua condição de assentado, considerando a visão que cada um tem de seu estado atual, forneceu às informações para a compreensão da importância dos assentamentos no destino de cada família.

Como *locus* da pesquisa foram escolhidos 4 assentamentos: Padre Assis, São Luis, Campos Novos e Sombrio, todos localizados no município de Sossego, Estado da Paraíba. A escolha desse recorte geográfico foi motivada por trabalhos anteriores realizados pelo pesquisador junto a estas unidades assentadas e por indagações surgidas por ocasião da leitura

da obra Assentamentos Rurais: Mudança Social e Dinâmica Regional, livro organizado por Leonilde Servolo de Medeiros e Sergio Leite, no ano de 2004. Esse estudo trás uma análise da importância dos assentamentos rurais na vida das famílias assentadas e os impactos de sua instalação sobre as regiões onde estão inseridos, despertando interesse imediato pela relação que permitiu estabelecer com a realidade vivida no município de Sossego.

No livro aqui descrito, os autores apresentam importantes evidências que comprovam a melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas, considerando várias experiências em todas as regiões do Brasil. A pesquisa foi realizada em assentamentos do Acre, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Sergipe e São Paulo, cruzando e confrontando as informações levantadas em cada unidade pesquisada para, a partir de então, estabelecer uma linha de raciocínio que permitisse compreender as mudanças ocorridas em cada família assentada no tempo e no espaço.

No Acre foram pesquisados 4 assentamentos instalados em 7 municípios, alcançando um total de 4.584 famílias. Estes assentamentos foram criados no período de 1977 e 1993.

No Mato Grosso foram pesquisados 5 assentamentos instalados em 5 municípios, alcançando um total de 1.602 famílias. Estes assentamentos foram criados no período de 1986 e 1995.

No Rio de Janeiro foram pesquisados 4 assentamentos instalados em 5 municípios, alcançando um total de 41.410 famílias. Estes assentamentos foram criados no período de 1982 e 1987.

No Rio Grande do Sul foram pesquisados 4 assentamentos instalados em 4 municípios, alcançando um total de 437 famílias. Estes assentamentos foram criados no período de 1989 e 1992.

Em Sergipe foram pesquisados 3 assentamentos instalados em 4 municípios, alcançando um total de 516 famílias. Estes assentamentos foram criados no período de 1986 e 1990.

Em São Paulo foram pesquisados 6 assentamentos instalados em 4 municípios, alcançando um total de 1.110 famílias. Estes assentamentos foram criados no período de 1984 e 1995.

Foram considerados, para efeito de análise, informações sobre acesso a educação, moradia, saúde, mercado de consumo e de produção.

Considerando os dados levantados na pesquisa, de forma geral, os resultados apontaram para um “rearranjo no setor produtivo nas regiões onde se instalaram”

(MEDEIROS e LEITE, 2004, p. 37). “A diversidade da produção agrícola, a introdução de atividades mais lucrativas e em alguns casos mudanças tecnológicas refletiram na composição da receita dos assentados, afetando o comércio local, a geração de impostos, a movimentação bancária, etc.” (MEDEIROS e LEITE, 2004, p. 37).

No que diz respeito à qualidade de vida da população assentada, o estudo aponta de forma geral que,

Paralelamente ao processo de geração de renda, o exame das condições de vida dos assentados, com base em condições de habitação, acesso à energia elétrica, água, rede de esgotos, posse de eletrodomésticos, etc., constituem um bom indicador da situação socioeconômica dos assentamentos e conseqüentemente, da capacidade de as famílias garantirem sua reprodução em níveis minimamente aceitáveis. (MEDEIROS e LEITE, 2004, p. 45).

São melhorias nas condições de vida das famílias assentadas que, embora não as transforme radicalmente, constituem-se em melhorias importantes. A constatação destas melhorias e sua relação com os variados aspectos da vida no assentamento é aqui percebida sob a ótica de impacto. Perceber como essas melhorias interferem na vida dos sujeitos, de forma particular e, do grupo, de forma geral, e como interagem com outros atores sociais e setores econômicos é o objeto de investigação que será desenvolvido neste trabalho. A pesquisa corrobora com a visão desenvolvida por Medeiros e Leite, não apontando para a grande escala, algo espetacular, que seja visível em grandes dimensões. Mas, busca uma compreensão do assunto que seja relacionada às alterações que a instalação dos assentamentos provocaram em seu entorno, bem como as mudanças provocadas no aspecto geográfico, e, sobretudo, com as transformações ocorridas na vida social das famílias assentadas. Buscando verificar se para essas famílias o assentamento significou uma possibilidade de mudanças significativas em suas vidas, ou não. “O impacto também revelou-se importante pela possibilidade de transformação de um amplo setor de excluídos em sujeitos políticos, novos atores em cena” (MEDEIROS e LEITE, 2004, p. 24).

Procurou-se decifrar o papel dos assentamentos no desenvolvimento do município de Sossego, compreendendo estes espaços como forças capazes de interferir na dinâmica desse município, assim como entendendo o conceito de desenvolvimento como a ideia de acesso (SEN, 2000), a diversos bens, materiais ou não, dos quais estavam excluídos antes de se tornarem assentados e que passam a fazer parte da vida das famílias assentadas. O acesso à casa própria e à posse da terra, algo caro para as populações carentes do país. Acesso a bens

como eletrodomésticos e equipamentos agrícolas. Acesso ao crédito bancário e o crédito comercial (MEDEIROS e LEITE, 2004).

Por outro lado, buscou-se compreender, ainda, a percepção que cada família assentada tem de sua situação em comparação com a realidade atual e as perspectivas de futuro. Sua visão quanto o acesso, ou não, a benefícios que lhes eram inacessíveis antes do assentamento como a casa própria, a posse da terra, o crédito bancário e o crédito comercial, bens móveis, eletrodomésticos e também em relação aos problemas e limitações dessas famílias assentadas, como a demora na concessão do crédito, as limitações para negociar a produção, o baixo valor dos empréstimos e a ineficiência operacional do INCRA, entre outros.

O assentamento Padre Assis, criado pela Portaria do INCRA nº 081/1998, publicada em 11 de dezembro de 1998, ocupa as terras pertencentes à antiga Fazenda Cabeça do Boi, localizada no Sítio Cabeça do Boi, beneficiando 41 famílias. A desapropriação da fazenda foi uma resposta, ainda que demorada, ao longo período de ocupação por parte das famílias de trabalhadores sem terra que estavam acampadas na propriedade desde outubro de 1997. O ato legal de desapropriação das terras se deu através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, publicado no dia 03 de julho de 1998 e a efetiva criação do assentamento ocorreu através da Portaria do INCRA nº 081/1998 publicada em 11 de dezembro de 1998. Foram assentadas às 41 famílias que haviam ocupado suas terras, ocupando uma área total de 1.400 hectares, todas encravadas no município de Sossego/PB. A Agrovila foi construída a 14 km com relação à cidade de Sossego.

São Luis, criado através da RET do INCRA nº 002/99 do dia 18 de janeiro de 1999, ocupa as terras pertencentes à Fazenda Maniçoba, encravada no Sítio Maniçoba, desapropriada por ato legal do INCRA de 13 de julho de 1998. Sua criação beneficiou diretamente 47 famílias que passaram a ocupar uma área de 1.491,50 hectares da antiga fazenda, todas encravadas no município de Sossego. A Agrovila foi construída a 19 km com relação à cidade de Sossego.

Campos Novos, por sua vez, teve sua criação por meio da RET do INCRA nº 010/03 do dia 16 de junho de 2003 e ocupa as terras pertencentes à Fazenda Campos Novos e à Fazenda Timbaúba, localizadas nos Sítios Campos Novos e Sítio Timbaúba, respectivamente. As fazendas estavam encravadas nos municípios de Sossego e Barra de Santa Rosa e foram desapropriadas por ato legal do INCRA de 25 de janeiro de 2002. Sua criação beneficiou 67

famílias que passaram a ocupar às 3.588 hectares das antigas fazendas. A Agrovila foi construída a 5 km com relação à cidade de Sossego.

O assentamento Sombrio está encravado no Sítio Sombrio, distante 10 km da sede do município, ocupando uma área de 500 hectares, beneficiando 16 famílias. As terras foram adquiridas junto ao Sr. Armando Cunha e estão divididas em 16 lotes de 26 hectares cada, além de uma área de reserva ambiental com 84 hectares.

As referências teóricas e metodológicas tiveram como base análises sobre o tema, literatura de conhecimento obrigatório sobre o tema, artigos científicos, dissertações e teses, estudos de caso que relatam algumas das experiências sobre assentamentos rurais no Brasil e as transformações que estes provocaram nas regiões onde estão inseridos (MEDEIROS e LEITE, 1999 e 2004; LEITE e MEDEIROS, 2002; HEREDIA, LEITE e MEDEIROS, 2001 e 2004; SOUZA, 1996). Outra abordagem trabalhada direciona para as novas dimensões que o espaço rural tem assumido no Brasil nestas últimas décadas, a partir das discussões que o coloca como um novo espaço de vida (KEGEYAMA, 2008; WANDERLEY, 2009).

Outra linha de pesquisa foi a de que o modelo de instalação de assentamentos rurais no Brasil não faz parte de uma política articulada de estado que vise o enfrentamento da concentração fundiária brasileira e sim, como resposta a pressão exercida pela sociedade através de movimentos sociais organizados (NEVES, 1997).

Além do estudo da literatura sobre o tema, utilizamos o recurso metodológico da realização de entrevistas do tipo semi-dirigidas. O trabalho de campo exige, além de um levantamento bibliográfico que possa fundamentar a ação e análise, a determinação das técnicas de coleta de dados mais apropriadas à natureza do tema e ainda, a definição das técnicas que serão empregadas para o registro e análise das informações. São as técnicas de coleta, análise e interpretação dos dados, que caracterizam a pesquisa como qualitativa. Entendendo a abordagem qualitativa como aquela que busca descrever e analisar a cultura e comportamento humano, do ponto de vista dos que estão sendo estudados e em seus ambientes naturais. Uma das principais características da pesquisa qualitativa é exatamente a imersão do pesquisador no contexto dos sujeitos pesquisados e a perspectiva interpretativa de condução da pesquisa.

No decorrer da construção do presente trabalho realizou-se várias visitas aos assentamentos rurais para o levantamento de dados e aplicação das entrevistas junto às famílias assentadas. Nos 4 assentamentos pesquisados, foram entrevistadas 49 famílias. Na aplicação destas entrevistas observou-se um universo percentual de no mínimo 25% do

número de famílias assentadas, fazendo a escolha a partir de sorteio das casas a serem visitadas, observando, no entanto, as possíveis saturações antes de alcançar este percentual.

Duarte (2002), ao se referir ao universo de sujeitos a serem entrevistados, apresenta sua concepção sobre o percentual que deve ser observado na pesquisa quantitativa. Para ela, o número definitivo de entrevistados dificilmente pode ser estabelecido com antecedência, pois “Enquanto estiverem aparecendo “dados” originais ou pistas que possam indicar novas perspectivas à investigação em curso as entrevistas precisam continuar sendo feitas” (p. 144). Para ela, quando as informações começarem a se repetir, é ora de encerrar o levantamento de dados que, se necessário, e geralmente o é, poderá ser realizado posteriormente quando alguma necessidade surgir.

A saturação é considerada quando os sujeitos começaram a “dizer as mesmas coisas”, indicando o “esgotamento” do número de pessoas entrevistadas, porque, segundo Marre (1991, p. 113), “... a partir de certo número de entrevistas coletadas, as posteriores não acrescentam mais nada ao que as outras expressaram”. Dencker (2000, p. 102), refere-se ao “número satisfatório quando as informações novas vão se tornando cada vez mais raras, até deixarem de ser relevantes. No PA Padre Assis, onde residem 41 famílias, realizou-se 10 entrevistas; no PA São Luis foram aplicados 15 entrevistas para um universo de 47 famílias assentadas; no PA Campos Novos, que conta com 67 famílias assentadas, foram realizadas 20 entrevistas e no PA Sombrio realizou-se 4 entrevistas de um total de 16 famílias assentadas. Para que os dados coletados nas entrevistas expressassem todo o percurso da história dos assentamentos, os sorteios foram realizados apenas entre as famílias que estavam nas unidades desde o momento inicial de sua constituição. De forma particular, no caso do PA Padre Assis, o sorteio foi realizado apenas entre àqueles que estiveram na ocasião da ocupação das terras e que vivenciaram a experiência da convivência durante o período do acampamento.

O assentado aqui será tratado como “agricultor familiar” nos termos propostos por Wanderley. Para a autora, “o conceito de agricultura familiar, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (WANDELEY, 2009, p. 156). Afirma ainda que não concorda com a compreensão do agricultor familiar como uma criação do Estado mas que este deve adaptar-se às novas demandas do mercado.

Além das famílias assentadas, quatro comerciantes da cidade de Sossego, também responderam a entrevistas (do tipo semi-dirigidas), sendo dois da área de mercadinho e dois

da área de material de construção, em um universo de 06 estabelecimentos. Foram considerados apenas àqueles que atuam na cidade desde a instalação dos assentamentos. O objetivo foi entender a participação das famílias assentadas nas vendas do comércio local e como fornecedores de produtos para serem comercializados, seja nos comércios formais ou mesmo na feira livre. Na cidade há quatro lojas de material de construção, mas apenas duas existiam antes da instalação dos assentamentos. Mercadinhos haviam três, sendo dois selecionados, através de sorteio, para responder as entrevistas.

A pesquisa foi iniciada em 2010 quando os trabalhos se concentraram na revisão da literatura com o intuito de delimitar o tema, que conceitos e categorias de análise utilizaríamos no trabalho. A revisão da literatura forneceu as escolhas que fundamentaram este trabalho quanto a linha de raciocínio que será aqui desenvolvida e que aponta a instalação dos assentamentos rurais como importantes mecanismos de desenvolvimento do campo ao alcançar e integrar famílias ao universo do trabalho formal, do crédito bancário e do crédito comercial, possibilitando o acesso à terra, a casa própria e a importantes serviços públicos, como a educação e saúde. Desenvolveu-se o conceito de agricultor familiar como uma classe histórica e não como uma simples imposição do estado.

Outro ponto da pesquisa direcionou à análise dos atores sociais envolvidos no processo de instalação dos assentamentos, sobretudo, entendendo o papel dos movimentos sociais, em especial a CPT, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Sossego, as famílias assentadas e o poder público municipal. Foi realizada uma entrevista com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Sossego e outra com o representante do Escritório da EMATER na cidade.

A análise do II PNRA também foi importante porque define as diretrizes e finalidades do governo federal para a reforma agrária no Brasil no governo do Presidente Lula. Este documento foi editado no ano de 2003 como uma ação coordenada do governo para atacar o problema da concentração fundiária brasileira. O II Plano Nacional de Reforma Agrária, lançado no ano de 2003 pelo Governo Federal, afirma claramente a importância da Reforma Agrária para a sociedade brasileira como condição indispensável para a retomada do crescimento econômico a partir de uma melhor distribuição de renda.

No local da pesquisa, ou seja, as unidades assentadas, trabalhou-se com as entrevistas semi-dirigidas, registro fotográfico e filmagens, pesquisa em documentos como as Atas das associações dos moradores e documentos do INCRA como as portarias e as RB's. Toda esta pesquisa foi favorecida pelas informações que já tínhamos de cada unidade assentada em

virtude do conhecimento prévio construído de cada assentamento. Esse conhecimento prévio veio da vivência e do contato com documentos referentes a cada unidade assentada.

As entrevistas foram importantes porque a quantidade de informações sobre as unidades assentadas permitiu a ampliação do conhecimento sobre o assunto, antes resumido às informações constantes nos documentos oficiais de constituição dos assentamentos, relação de beneficiários e as Atas da associação dos moradores. As entrevistas permitiram acesso a informações necessárias para um maior conhecimento dos aspectos que envolvem a luta pelo acesso a terra, a ocupação e vida no acampamento, a organização das agrovilas, o modelo do PA Sombrio que optou pelo Banco da Terra, a relação com o INCRA e o Governo Federal e as linhas de crédito entre outros. A ocupação das terras ocorreu especificamente no PA Padre Assis.

Na análise das unidades assentadas que foram trabalhadas neste texto, buscou-se entender o percurso histórico das famílias assentadas para se compreender os processos de mudança pelos quais passaram. Saindo da condição de famílias sem terra para assentados em projetos de assentamentos do governo federal, estas famílias não apenas mudaram de endereço ou de patrão, mudaram de condição social, de lugar social.

Para tanto, realizou-se a análise dos processos de instalação das unidades assentadas no município de Sossego, Estado da Paraíba: PA Padre Assis, PA São Luis, PA Campos Novos e PA Sombrio, permitindo assim a compreensão dos processos vividos pelas famílias assentadas.

Partiu-se da construção do perfil socioeconômico das famílias assentadas, levantando as informações sobre sua origem social, lugar e tipo de moradia e tipo de ocupação. Na questão da luta pelo acesso a terra, procurou-se conhecer os possíveis atores que estiveram envolvidos no processo de constituição das unidades assentadas como a CPT, o MST, sindicato dos trabalhadores rurais, partidos políticos, instâncias do poder público, comunidades religiosas entre outros, trabalhando as especificidades na instalação de cada uma das unidades.

Após a instalação das unidades, interessou conhecer a visão que cada família tem de sua situação, estabelecendo, para tanto, uma comparação de seu estado anterior com a realidade atual e as perspectivas de futuro. Sua visão quanto ao acesso, ou não, a benefícios que lhes eram estranhos antes do assentamento como a casa própria, a posse da terra, o crédito bancário e comercial, bens móveis e eletrodomésticos entre outros. Trabalhou-se também os problemas e limitações elencados pelas famílias assentadas, como a demora na concessão dos

empréstimos bancários, as limitações para comercializar a produção, o baixo valor dos empréstimos e a ineficiência operacional do INCRA entre outros.

Estas informações foram fornecidas a partir das conversas com os moradores dos assentamentos sob a direção coordenada do pesquisador. Nesta modalidade metodológica, o pesquisador conduz a entrevista com vistas a alcançar objetivos pré-estabelecidos em planejamento anterior.

As transcrições dos dados obtidos com as entrevistas foram sempre realizadas imediatamente após sua conclusão e pelo próprio entrevistador para que nenhum dado fosse perdido, precedida de uma audição simultânea a leitura para conferência das informações. Por fim, realizou-se a correção gramatical para dar qualidade ao texto.

Partiu-se da construção do perfil socioeconômico das famílias assentadas, levantando-se informações sobre sua origem social, lugar e tipo de moradia e tipo de ocupação. Na questão da luta pelo acesso a terra, procurou-se conhecer os possíveis atores que estiveram envolvidos no processo de constituição das unidades assentadas como a CPT, o MST, sindicato dos trabalhadores rurais, partidos políticos, instâncias do poder público, comunidades religiosas, entre outros, trabalhando as especificidades na instalação de cada uma das unidades.

Observando a forma de estruturação da pesquisa, o trabalho foi organizado em três capítulos.

O primeiro capítulo, intitulado **A Reforma Agrária no Brasil: a Questão dos Assentamentos Rurais** tem como objetivo analisar as questões relacionadas à terra no Brasil, como o problema da concentração fundiária, os planos de reforma agrária do governo federal e a instalação dos assentamentos rurais como alternativa de superação dos problemas sociais e econômicos existentes no campo e da miséria das famílias sem terra e sem teto.

O segundo capítulo, intitulado **O processo de formação das unidades assentadas**, tem como objetivo analisar as experiências vividas nos processos de ocupação em cada uma das áreas assentadas, os atores envolvidos e suas respectivas formas de organização. Aqui serão abordadas as semelhanças e diferenças existentes entre áreas distribuídas pelo Programa Nacional de Reforma Agrária em comparação com o Programa Banco da Terra. Também será feita uma análise da infraestrutura presente em cada uma das unidades assentadas.

O terceiro capítulo, intitulado **Impactos da instalação das unidades assentadas**, teve como objetivo a elaboração e análise do perfil sócio/cultural de origem das famílias beneficiárias. Este perfil é importante para se estabelecer um comparativo com a realidade

atual destas famílias, observando suas evoluções, ou não, com relação à situação anterior. Estudou-se os principais agentes políticos e econômicos locais e sua percepção sobre os impactos provocados na dinâmica local a partir da instalação das unidades assentadas.

A pesquisa se conclui pela tessitura das considerações finais sobre o papel dos assentamentos no Município de Sossego, PB, destacando os impactos provocados na dinâmica local.

Mesmo silenciado e mesmo por vias indiretas o homem comum tem sido um protagonista da História. Sem essa compreensão, a luta política em nome dos pobres do campo se torna um equívoco e até um engodo. (Martins, 2000, p.17)

CAPÍTULO 1 - A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: A QUESTÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

No presente capítulo foram destacados os conflitos agrários, que marcam as lutas pela reforma agrária no Brasil, conflitos estes ocorridos no recorte temporal que se inicia com a implantação da Lei das Terras – Lei nº 601/50 de 18 de setembro de 1850 - que instituiu a privatização das propriedades rurais e vai até Nova República com o lançamento II Plano Nacional de Reforma Agrária – II PNRA no ano de 2003.

Para tanto, foram abordadas as causas de surgimento desses conflitos, seus sujeitos e seu objeto. Foi apresentado o contexto histórico e social da formação dos conflitos agrários considerando-se os elementos que estão na base de toda essa problemática, tais como a alta concentração fundiária, exploração do trabalhador rural, expropriação da força de trabalho e dos direitos sociais entre outros.

Outro ponto trabalhado foram os movimentos sociais que fomentaram a criação do estatuto da terra e dos planos nacionais de reforma agrária, que criaram uma nova redistribuição e organização do espaço rural, com a implantação dos assentamentos rurais.

1.1. Contexto histórico gerador dos conflitos agrários no Brasil

Analisando o processo histórico, que conduziu o Brasil ao capitalismo, a historiadora Regina Gadelha (1989), destaca a forma competente como a oligarquia brasileira executou a transição gradual das formas escravistas - susteio da grande propriedade - para outras relações de trabalho, mantendo o sistema latifundiário, característico de nossa estrutura agrária, até os dias atuais.

Para a autora, os objetivos capitalistas da oligarquia só seriam alcançados se o acesso a propriedade rural, seja para os ex-escravos ou para os trabalhadores nativos, fosse dificultado através da ação do estado. Para atender a esta finalidade, a Lei das Terras legalizou às condições para que os trabalhadores fossem afastados da terra, dos meios de subsistência e da propriedade desses meios. Com esta lei, o Brasil fez sua opção pelo latifúndio em detrimento da distribuição de terras com as famílias agricultoras.

Completando sua análise, a historiadora, chama a atenção para o fato de que:

...num país em que a posse representava não somente o meio mais fácil de ocupação do solo, como também, a única forma de subsistência do homem livre não proprietário, restringia-se a possibilidade de existência da pequena propriedade, preservando-se a estrutura latifundiária da terra (1989, p.162).

Com a aprovação da Lei das Terras durante o Segundo Reinado, a propriedade rural passou a ser adquirida através de um valor monetário em substituição a doação ou simples ocupação. Até este momento, ainda sobre a influência do período colonial, as terras pertenciam ao estado brasileiro, não podendo ser vendidas visto que a única forma de acesso a ela era por doação. O instrumento de doação só podia ser emitido com autorização real, ou seja, era ato exclusivo do imperador.

Esta lei significou a confirmação da superioridade dos interesses dos grandes proprietários rurais do Nordeste e Sudeste do país em detrimento das famílias de trabalhadores rurais sem terra. O governo legaliza a concentração fundiária ao definir que as terras legalmente ocupadas deveriam ser regularizadas como propriedades privadas, ficando com a posse àqueles que as estivessem ocupando. As áreas não ocupadas ficariam sob o controle absoluto do estado brasileiro, recebendo a denominação de Terras Devolutas e só poderiam ser adquiridas em leilões públicos organizados pelo Estado Brasileiro, através pagamento à vista.

Como só a elite financeira do país reunia tais condições, ficava excluído o trabalhador rural de sua posse. A ocupação não documentada da propriedade rural não garantia sua posse definitiva. O proprietário tinha que comprovar ter recebido legalmente tal propriedade apresentando documento emitido pelo governo brasileiro. Fica evidente a intencionalidade da lei em dificultar ao máximo qualquer possibilidade de acesso à terra a pessoas que não pertencessem à elite brasileira.

Desta forma, os escravos libertos, assim como os trabalhadores livres e os imigrantes que aqui chegavam tinham limitadas suas condições de adquirir partes de terra, por menores que fossem sua extensão, através do pagamento em dinheiro. Dito de outra forma, a lei garantia o monopólio da posse da terra no Brasil para as classes dominantes ao impedir a doação e exigir o pagamento à vista por sua compra. Parece evidente que a intenção do legislador não era outra senão a de impedir o acesso às terras por parte das classes menos favorecidas da sociedade.

Em decorrência desta forma de agir do estado, o país caracterizou-se pela alta concentração fundiária, onde a propriedade rural está nas mãos de uma poderosa classe social com alto poder de influência na escala política e econômica do país. Por outro lado, a grande massa social, em sua maioria formada por trabalhadores rurais, não dispõe de um pedaço de terra sequer para trabalhar e manter sua família. Associou-se a este cenário a histórica exploração do trabalhador rural pelos grandes latifundiários, fruto da inexistência de uma legislação trabalhista que fosse aplicada ao meio rural de modo a garantir os direitos destes trabalhadores. Desta forma, a concentração fundiária e a exploração do trabalhador rural por parte de elites agrárias dominantes estão na gênese dos conflitos sociais que brotaram e continuam surgindo no espaço rural brasileiro.

Com a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, as terras devolutas se tornaram propriedade dos Estados que, por sua vez, eram controlados pelas oligarquias regionais. Os Estados, a partir de então, passaram a conceder sua posse para os grandes fazendeiros e empresas de colonização, principalmente nas regiões Sul e Sudeste do país (DOMINGUES, 2005).

Atuante na linha de pesquisa “História dos movimentos rurais no Brasil”, o historiador Marcus Dezemone (2002) pontua que na República “Velha” (1889-1930), são identificadas três frentes de conflitos rurais durante a hegemonia das oligarquias estaduais. A primeira se associa à Guerra de Canudos (1896-1897), movimento liderado por Antonio Conselheiro, cuja memória reconstruída invade as lutas rurais do século XX. A segunda frente identificada diz respeito ao período de 1910 a 1919, com a eclosão de diversas greves de imigrantes colonos, trabalhadores das fazendas cafeeiras de São Paulo. Finalmente, na região Nordeste, nas décadas de 1920 e 1930, o autor afirma que o Cangaço aparece como a terceira frente de conflitos, cuja atuação se deu através de grupos armados associados principalmente à figura de Lampião (1897-1938).

De acordo com Lima (2010) Canudos representava uma ameaça para a república emergente ao se apresentar como movimento de forte apelo ao retorno à monarquia. Para a Igreja Católica, era visto como um perigoso movimento religioso, já que se solidificava fora do seu controle hierárquico. Já os latifundiários temiam que os seguidores de Conselheiro promovessem invasões e saques em suas propriedades. Associado a este sentimento de medo havia a constatação de que cada seguidor de Conselheiro era um trabalhador a menos nas terras dos grandes proprietários rurais. Para Martins (2000, p. 16) “Canudos foi o resultado do

grande desencontro que separa, ainda hoje, neste país, as elites do povo, desencontro que aparece frequentemente entre mentores e povo nas lutas recentes pela terra”.

Ainda em relação às lutas pela posse da terra que aconteceram até a década de 1960, Lima (2010) destaca as Guerras de Trombas e Formoso que ocorreram na região norte do Estado de Goiás, de 1950 a 1957. Tratou-se de conflitos entre os camponeses e grileiros, no qual os primeiros lutavam pela permanência nas suas posses, e os últimos pela expulsão dos camponeses e a formação de latifúndios.

Além disso, nos anos de 1950, insurge o maior movimento camponês da história do Brasil até aquela época: as Ligas Camponesas. Este mobilização social emergiu como resposta dos trabalhadores rurais na luta pela posse das terras no Engenho Galiléia, localizado na Zona da Mata pernambucana. As Ligas Camponesas fizeram com que os movimentos de luta no campo ganhassem dimensão nacional, onde moradores, arrendatários, pequenos proprietários e trabalhadores da Zona da Mata pernambucana se organizaram na luta contra os latifúndios (OLIVEIRA, 2001). Este movimento alcançou grande repercussão no Estado da Paraíba, contando com lideranças importantes na região da cidade de Sapé, com destaque para João Pedro Teixeira e Margarida Maria Alves.

A repercussão alcançada pela criação das Ligas Camponesas ultrapassou os limites territoriais brasileiros, chegando até aos Estados Unidos. A situação brasileira era tão preocupante para os americanos que o Sr. Robert Kennedy, irmão do então Presidente dos Estados Unidos da América, John F. Kennedy, é enviado em visita ao Engenho Galiléia para tomar ciência dos fatos. O governo norte-americano temia pela influência da Revolução Russa em território brasileiro através do apoio a este movimento.

O governo de João Goulart, pressionado politicamente, iniciou um processo de Reforma Agrária, criando a Superintendência de Política Agrária (SUPRA). Entretanto, a violência do golpe militar de 64 sufocou o anseio de liberdade do morador sujeito aos latifúndios armados do Nordeste brasileiro e de muitos camponeses sem terra que a crise do café e o início da industrialização estavam gerando. Os militares extinguiram a SUPRA e criaram o Instituto Brasileiro da Reforma Agrária (IBRA), mas um amplo programa de Reforma Agrária em território brasileiro nunca foi de fato realizado, mesmo tendo sido promulgado o Estatuto da Terra, em novembro de 1964. (OLIVEIRA, 2001).

Nos anos de 1970 e 1980, Lima (2010) destaca a exclusão histórica dos trabalhadores ao acesso à terra, época em que o capital promove grande avanço sobre a agricultura, produzindo profundas mudanças na organização da produção e do trabalho agrícola como a

expansão da pecuária e das culturas de exportação, bem como a introdução sistemática da mecanização na agricultura, promovida através do processo de modernização agrícola que foi responsável pela expropriação/expulsão de milhares de camponeses, isto é, pela desterritorialização de parcela significativa dos trabalhadores do campo.

Na década de 1980, continua a autora, assistiu-se a uma renovação do sindicalismo rural com o seu envolvimento na luta pelos direitos trabalhistas e por melhores condições de trabalho e salário dos trabalhadores assalariados, destacando-se no Nordeste, os sindicatos da zona canavieira e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST que surgiu da reunião de vários movimentos populares de luta pela terra, os quais promoveram ocupações de terra nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, na primeira metade da década de 1980.

No período de 1985 a 1990, o MST espalhou seu raio de atuação para vários estados brasileiros, ganhando projeção em todas as regiões do país, tendo como principal modelo de atuação a ocupação de latifúndios improdutivos. Essa estratégia de luta também foi adotada por outros movimentos sociais e pela Comissão Pastoral da Terra – CPT (OLIVEIRA, 2001). A ação dos movimentos sociais tem resultado no crescimento da organização dos trabalhadores e no fortalecimento da luta pela terra no Brasil exigindo ações do Estado que têm resultado na criação de assentamentos rurais (LIMA, 2010).

1.2. A ação do Estado no espaço agrário brasileiro.

A alta concentração fundiária no Brasil levou a organização de movimentos de luta pela democratização do acesso a terra, sobretudo na segunda metade do século XX. Falando sobre a ação do Estado brasileiro no que diz respeito ao acesso a terra, Wanderley, afirma que:

... a ação do Estado sempre se caracterizou pelo seu sentido explicitamente favorável à constituição da grande propriedade fundiária: doações em grande escala, abertura das fronteiras, permitindo a incorporação de novas áreas, instalação de infraestruturas, legitimação das grilagens, etc., todas formas socialmente onerosas e parasitárias de assegurar a reprodução da renda fundiária (2009, p. 54).

Mais a frente, ainda sobre o mesmo tema, a autora acrescenta:

O desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira realizou-se tendo como base principal a grande propriedade, que assumiu historicamente um papel predominante, graças à mediação explícita e contundente do Estado. Este a gerou e a reproduz econômica e politicamente, através de mecanismos específicos, desde a doação das terras em sesmarias, no período colonial, até os incentivos fiscais e financeiros da política agrícola atual (2009, p. 114).

Esta análise que Wanderley faz sobre papel do Estado na construção e manutenção da atual estrutura fundiária brasileira corrobora com a visão levantada por Delgado, quando afirma que:

Os instrumentos de arrecadação e alienação das terras públicas, desapropriação por interesse social, utilização do imposto territorial rural e empreendimentos de projetos públicos de colonização foram usados de maneira tímida ou simplesmente não foram usados para sua finalidade mais específica de política agrária, que é a de mudança na estrutura agrária (1985, p. 101).

Para Targino (2000), as constituições aprovadas no Brasil, ao longo do período que vai de 1824 até a Constituição de 1988, em seu caráter legal, provocaram efeito inverso ao pretendido pelos movimentos de defesa dos trabalhadores do campo, pois, se a intenção era democratizar o acesso à terra, não conseguiram. A cada nova lei aprovada, o acesso a terra às populações carentes parece ficar mais distante. Para este pesquisador,

Quando passaram a explicitar a função social da propriedade da terra, os legisladores foram extremamente cuidadosos para, na prática, impedir a desapropriação quando essa função não fosse respeitada. Isto é, estabeleciam que a indenização ao proprietário pela terra desapropriada deveria ser feita previamente, em dinheiro e pelo preço de mercado. O que vale dizer que só marginalmente o Estado poderia intervir na estrutura fundiária do país, pois uma intervenção maciça implicaria em uma soma de recursos tão importantes que a inviabilizava (2000, p. 4).

O que parecia uma grande conquista social, na realidade, estabelecia limites imperceptíveis, porém, decisivos. Para Marx, o modelo capitalista estendeu seus limites de domínio para o espaço agrícola da mesma forma que fez com a indústria (Marx, 1974). Sobre este modelo, Marx afirmou que:

Partiremos, portanto, da hipótese de que a agricultura, tanto quanto a indústria, está submetida ao modo capitalista de produção, isto é, que ela é praticada por capitalistas que não se distinguem de outros capitalistas senão pelo setor onde é investido seu capital e onde se exerce o trabalho assalariado que este capital põe em ação (1974, p. 9).

Já no terceiro quartel do século XX, Caio Prado Junior identifica a situação presente no campo como local próprio para a eclosão de um movimento revolucionário. Ele afirma existirem elementos que apontam para esta situação.

É na situação sócio-econômica presente no campo brasileiro que se encontram as contradições fundamentais e de maior potencialidade revolucionária na fase atual do processo histórico-social que o país atravessa. É aí que a herança de nossa formação colonial deixou seus mais profundos traços, e os mais significativos do ponto de vista social. Uma coisa é certa: o trabalhador rural brasileiro, antes isolado nos grandes domínios das fazendas, engenhos, usinas, estâncias, e embora ainda relativamente tão próximo de suas origens na escravidão que apenas duas gerações passadas conheceram, hoje se acha em boa parte, e graças a seus maiores contágios e intercâmbios com o mundo externo, perfeitamente consciente de sua situação, e sabe que ela não deve nem pode perdurar. (1966, p. 215).

Aqui, naturalmente, ele refere-se ao fato de que o país estava passando por um momento complexo criado pelo Golpe Militar de 31 de março de 1964 que imergiu o Brasil em um longo período de governo ditatorial, permanecendo assim até a reabertura política ocorrida em 1985. Defendia claramente a necessidade de extensão da legislação trabalhista para o trabalhador rural e um amplo programa de reforma agrária capaz de amenizar os efeitos causados na estrutura de propriedade e renda da população brasileira, consequência da existência dos latifúndios.

Como a pressão social vinha aumentando desde o final dos anos 1960 e início dos 1980, o governo da Nova República preparou a elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária - I PNRA, e desta forma apresentar ao país um projeto formal para questão da concentração fundiária brasileira. O Decreto nº 91.766/85 de 10 de outubro de 1985 estabelece as normas do I PNRA.

O principal objetivo deste plano era estabelecer um projeto nacional que desse conta da relação paradoxal existente no meio rural brasileiro. Por um lado, uma imensidão de terras cultiváveis e de alta qualidade quanto à fertilidade e, do outro, um grande exército de trabalhadores sem acesso a terra, vítimas da histórica concentração fundiária tão comum em nosso país. Neste documento estava estruturado o Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais como parte da nova política nacional de desenvolvimento rural.

No art. 1º, o I PNRA estabelece que:

Fica aprovado o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, apresentado pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário - MIRAD, para o período 1985/1989, abrangendo 01(hum) milhão e 400.000 (quatrocentas mil) famílias beneficiárias,...

No entanto, sentido forte pressão de setores ruralistas que se organizaram e criaram a União Democrática Ruralista – UDR para defender os interesses dos latifundiários, o governo federal acabou não promovendo o tão esperado programa nacional de reforma agrária, preferindo a operacionalização de um modelo de criação pontual e circunstancial de assentamentos rurais (Leite, 2002).

Em 1985 a ideia de estabelecimento de zonas prioritárias de reforma agrária propostas pelo PNRA acabou sendo abandonada pela reação de forças anti-reformistas. O que houve daí para frente foram desapropriações não sistemáticas, não planejadas, ocorridas na esteira dos conflitos e das mobilizações sociais... (Leite, 2002, p. 63)

1.3 Políticas públicas voltadas à produção do campo.

No ano de 1996, para financiar a agricultura familiar, o Governo Federal criou o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, primeira Política Pública voltada para a produção no campo, cuja institucionalização ocorreu através do Decreto Presidencial nº 946/96, datado de 28/07/1996.

Este programa visa o fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável. Seu objetivo geral consiste em fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. Para dar conta do objetivo geral, o plano se firma em quatro objetivos específicos que são:

- a) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares;
- b) viabilizar a infra-estrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares;
- c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social;
- d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos.

Para operar a aplicação dos recursos, o PRONAF trabalha com quatro grandes linhas de atuação, que são:

- a) Crédito de custeio e investimento destinado às atividades produtivas rurais;
- b) Financiamento de infra-estrutura e serviços a municípios de todas as regiões do país, cuja economia dependa fundamentalmente das unidades agrícolas familiares;
- c) Capacitação e profissionalização dos agricultores familiares através de cursos e treinamentos aos agricultores, conselheiros municipais e equipes técnicas responsáveis pela implementação de políticas de desenvolvimento rural;
- d) Financiamento da pesquisa e extensão rural visando a geração e transferência de tecnologias para os agricultores familiares.

Agricultura familiar, segundo Wanderley, “é entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (2009, p.156).

Neste contexto, a instalação do assentamento rural, para Freitas é:

A concretização da reforma agrária e da sua expressão mais concreta, os assentamentos rurais, é responsável por profundas mudanças na organização do espaço agrário e reflete até mesmo sobre o espaço urbano. Isto porque de um lado, a redistribuição de terras promove alterações na estrutura fundiária, na forma de uso da terra e na paisagem rural e, de outro, o acesso à terra a um número significativo de famílias, o que incide na composição da população local, na dinâmica do comércio e dos serviços das cidades, na vida política e cultural das áreas polarizadas por esses assentamentos (2001, p. 15).

Os assentamentos, além do seu caráter de distribuição da terra, oferecem ao beneficiário a possibilidade de restabelecer o contato com a terra. Para Wanderley,

Nos assentamentos, não sem dificuldades ou tensões, seus beneficiários retomam o contato com a terra, aprendem ou reaprendem a organizar a produção e a combiná-la com outras atividades agrícolas ou não agrícolas, dentro ou fora das áreas onde estão instalados (2009, p. 307)

A simples instalação do assentamento com a respectiva divisão das terras em lotes provoca uma imediata redistribuição fundiária, mesmo que em pequena escala. Medeiros e Leite definiram este reflexo da instalação como “impactos dos assentamentos” (Medeiros e Leite, 2004, p. 23). Impactos não em grande ou média escala, mas, em pequena escala. Impacto em escala municipal.

Já no primeiro momento, o assentamento promove um nítido rearranjo em se tratando do uso da terra (Bergamasco e Norder, 1996). Impactos não em grande ou média escala, mas, em pequena escala. Impacto em escala municipal. Já no primeiro momento, o assentamento promove um nítido rearranjo em se tratando do uso da terra (Bergamasco e Norder, 1996). Corroborando com essa tese Martins (2000) enfatiza que, neste processo, qualquer que seja o número de famílias assentadas ou cuja posse de terra que foi regularizada, ultrapasse o número dos acampados, representa um ganho histórico na luta pela reforma agrária, pois representa inclusão de pessoas no âmbito do direito e do contrato social, inclusão de excluídos.

As famílias assentadas passam a ter acesso a uma série de serviços que até então lhes eram negados pela própria situação social. Acesso ao crédito bancário e ao crédito comercial, o acesso a uma casa de moradia, a serviços de saúde, educação, acesso ao consumo de bens e, sobretudo, acesso ao trabalho na terra. Para o assentado, na maioria dos casos, o assentamento significa a volta a um estado de vida que, inexistente na realidade material, permanecia viva no sonho de cada um. Sobre isto, Silva nos diz que “o trabalhador, mesmo quando desprovido de qualquer relação com a terra, já transformado em trabalhador assalariado, continue sonhando com um pedaço de terra e coloca a posse desta terra como a sua reivindicação principal” (1976, p.27).

Falando sobre assentamentos rurais, Afrânio Garcia Jr. diz que estas.

[...] são formas de incorporar ao mercado fundiário, ao mercado de casas de moradia e de serviços básicos (água, esgoto, saúde, educação, etc.), ao mercado e insumos agrícolas (adubos, sementes, máquinas, etc.) largas parcelas da população até então condenadas à incerteza e a precariedade dos recursos naturais (no caso dos antigos posseiros), ou mais além, condenadas a habitarem locais precários e a estarem desprovidos de meios de usarem sua capacidade de trabalho para fazer frente às necessidades de consumo, suas e de sua família (1999, p.)

Este sentimento de amor a terra é definido por Santos como “sede da terra”, motivado pelo “sonho da terra” (Santos, 1993, p.258). O trabalhador do campo, mesmo quando é afastado da posse da terra, mantêm aceso o desejo de voltar à condição de proprietário rural e, o assentamento aparece claramente como esta oportunidade. Neste contexto, o assentamento rural aparece para o trabalhador como o local propício à sua reterritorialização, pois, lhes permite, outra vez, a posse da terra.

A luta pela terra é um processo social de reforço de vínculos locais e de relações de pertencimento a um determinado lugar, se constituindo em um processo de reterritorialização que situa as pessoas em um espaço geograficamente bem delimitado. O assentamento (e as próprias parcelas e lotes) é caracterizado por limites e fronteiras, resultado de conflitos e lutas sociais que dão identidade e sentimentos de familiaridade a seus habitantes [...]. (SAUER, 2003, p. 19).

Trabalhadores do campo como assalariados rurais, moradores e arrendatários passam agora à condição de agricultores. Sobre a realidade dos trabalhadores assalariados, Wanderley nos diz que:

Expulso da terra enquanto morador, o assalariado a ela retorna para realizar, na maioria das vezes, trabalho semelhante ao que já fazia anteriormente: atividades fragmentadas, não qualificadas, ligadas às tarefas manuais que a modernização das grandes culturas não conseguiu superar (2009, p. 58).

A categoria de morador é uma das mais tradicionais das relações de trabalho no campo em se tratando do Nordeste brasileiro. Ele morava na terra do proprietário rural com toda sua família e nela trabalhavam para tirar o seu sustento. O pagamento pelo uso da terra dava-se através de dias trabalhados para o proprietário, seja nas plantações, no cuidado dos animais ou em outros serviços diversos. Moreira define este trabalhador como sendo “aquele que, em troca de um casebre de taipa e palha para morar e de um pedaço de terra para cultivar lavouras alimentares, pagava ao proprietário da terra com dias de trabalho gratuito” (2010, p. b).

Para Wanderley o morador é um

Exemplo de campesinização para uns ou de descampesinização para outros, o morador é aquele trabalhador que, empregado dos engenhos, usinas e fazendas do Nordeste, tenta assegurar as condições mínimas de uma atividade produtiva familiar no interior da grande propriedade onde reside (2009, p. 171).

Mesmo que pontuado de diversas dificuldades, a condição de assentado confere ao morador o controle sobre o seu trabalho em particular e sobre o processo de trabalho de forma geral, fornecendo-lhe a condição de “trabalhador independente” (Santos, 1979, p. 130).

Silva (2006) chama atenção para um forte e importante movimento contemporâneo de revalorização do mundo rural, ressaltando que, embora as decisões a respeito do campo emanem cada vez mais do mundo urbano, a atual valorização do mundo rural não significa

uma concessão dos gestores públicos, mas sim uma afirmação do caráter de conquista pelo movimento social, particularmente das entidades que atuam no meio rural.

Por outro lado, é no desenvolvimento das potencialidades da agricultura familiar que se encontra a alternativa mais adequada para promover as condições de vida no campo e garantir segurança alimentar para o conjunto da população.

CAPÍTULO 2 - O PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS UNIDADES ASSENTADAS

2.1. Processos de Instalação

“Quem não tinha terra agora tem. Não planta quem não quer ou se não chover. Sou um proprietário. Não dependo de ninguém, não devo favor a ninguém”

Pedro Lopes dos Santos – beneficiário do PA Padre Assis

“Em 1999, me lembro como se fosse hoje. Lucrei 71 sacos de feijão. Quando terminei de fazer as contas com o dono da terra, fiquei com 30 kg. A minha mulher botou dentro de umas garrafas de plástico com gás para não dá gorgulho. Em 2000, ano em que entramos aqui no assentamento, plantei estes 30 kg de feijão no que era meu e lucrei 33 sacos de feijão com ele. Tudo meu. Não paguei nada a ninguém. Não preciso mais está pagando a ninguém mais para plantar em suas terras. Tudo que lucro agora é meu. Antes tinha que trabalhar muito para produzir para dois. Agora, trabalho menos e fico com a mesma quantidade”.

João Alexandrino de Azevedo – Presidente da Associação de Moradores do PA Padre Assis

“Graças da Deus não falta mais o que comer dentro de casa. Não tenho sujeição a patrão. Trabalho no que é meu. Todo ano faço o feijão do ano. A vista do que eu vivia estou no céu”

Inácio da Silva Santos – beneficiário do PA São Luis

“... o notável fato de que a privação de liberdade econômica, na forma de pobreza extrema, pode tornar a pessoa uma presa indefesa na violação de outros tipos de liberdade”

Amartya Sen

Entretanto, é nas regiões úmidas que a mortalidade infantil é mais elevada, que é mais curta a perspectiva de vida, que é mais miserável a dieta do trabalhador comum. Por outro lado, é nas regiões úmidas que os recursos de terras são flagrantemente subutilizados...

Celso Furtado

Segundo dados do Dossiê de Ambiência do município de Sossego,

Sossego se ergueu a partir da Fazenda Sossego pertencente ao Capitão Pedro José de Maria conhecido como Pedro Grande. Conforme consta em documentos de arrecadação de impostos ao Estado, datado do ano de 1902, feito pelo referido capitão Pedro José de Maria referente a uma casa e produção daquele lugar obtida nos anos de 1900 a 1902. ... o senhor Pedro José de Maria adquiriu as terras do Sossego, em 1870, do Senhor Euzébio Dias, estas terras faziam parte da Data Riachão de nº 296, que foi requerida em 1742 pelo mestre de campo Mathias Soares Taveira. (BARACUHY, LIMA e SAMPAIO, 2005, p. 12-13).

DATA DE TERRA Nº 296 em 5 de junho de 1742¹

Mestre de campo **Mathias Soares Taveira**, morador desta capitania, diz que elle supplicante tinha varios gados vaccuns e cavallares, e necessitava de sitio de terras para criação delles, e porque tinha descoberto nas cabeceiras do rio Seridó, umas terras devolutas e desaproveitadas, as quaes partem pela parte do norte com a serra do cotovello e pela parte do sul com terras devolutas, ou como dizem dos *campos de Matheus Biserra*, e sem confrontação alguma pela parte de leste e oeste, em cujos termos pedia tres leguas de terras pelo dito rio Seridó abaixo, fazendo peão no poço do Quiniuxou pela lingua do gentio, legua e meia para cima e para baixo, e meia para cada banda. Foi feita a concessão de tres leguas de comprimento e uma de largura no governo de Pedro Monteiro Macedo.

1 Extraído do livro "APONTAMENTOS PARA A HISTORIA TERRITORIAL DA PARAHYBA" escrito por João de Lyra Tavares – Volume I – 1909

Fonte: BARACUHY, LIMA e SAMPAIO, 2005, p. 13.

O município de Sossego foi criado através da Lei Estadual nº 5.901/94 de 29 de abril de 1994.

No município há três assentamentos rurais implantados pelo INCRA, que são o PA Padre Assis, PA São Luis e PA Campos Novos e um Projeto implantado pelo Programa Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, que é o PA Sombrio. Nas quatro

unidades estão oficialmente cadastradas 171 famílias, além dos casos de filhos que casam e continuam residindo com os pais. No total, aplicando a relação de 04 pessoas por família devidamente cadastrada, temos uma população de aproximadamente 684 pessoas. Este contingente populacional representa algo em torno de 22% da população do município, pois, segundo o último Censo Demográfico (IBGE, 2010), a população total do município de Sossego é de 3.173 habitantes. O núcleo urbano é habitado por 1.586 pessoas e, no espaço rural habitam 1.587. Excluindo os habitantes do núcleo urbano, a população assentada representa aproximadamente 43% dos habitantes do espaço rural do município.

As propriedades onde estão os três P.A.s eram grandes extensões territoriais concentradas nas mãos de apenas três famílias e foram desapropriadas por atos do INCRA. As terras eram notadamente subutilizadas e estavam direcionadas para servir como objeto de especulação imobiliária e para a criação de animais, com destaque para a cultura bovina e caprina. Recebiam também benefícios do governo através de empréstimos ou de serviços, como foi o caso das frentes de emergência nos períodos de estiagens prolongadas. A produção agrícola era relegada a um plano de menor importância, representando significativo prejuízo social e econômico para o município de Sossego e para as famílias sem acesso a terra que ficavam privadas do uso deste espaço produtivo.

Somando as terras das três propriedades desapropriadas e da propriedade adquirida com recursos do Banco da Terra, temos um total de 6.979,50 hectares que estavam no controle de apenas três famílias, isto porque as propriedades onde estão o PA Padre Assis e o PA Campos Novos pertenciam ao Sr. Aristóteles Corrêa da Queiroz. Deste total, aproximadamente 5 mil hectares estão no município de Sossego, pois, uma parte das terras do PA Campos Novos fica no município de Barra de Santa Rosa/PB, limite Leste do município de Sossego (ver Anexo B). Considerando que a área total do município de Sossego é de 155 km² e que cada 1 km² corresponde a 100 hectares, logo conclui-se que no município há aproximadamente 15.500 hectares. Estes cálculos são reveladores de um dado importante: apenas três famílias controlavam aproximadamente 32,26% de todas as terras do município. A partir destas informações, conclui-se então que havia uma altíssima concentração fundiária no município de Sossego/PB.

Subtraindo do total de terras do município às 5 mil hectares utilizadas nas unidades assentadas, restam 10.500 hectares que estão distribuídas entre as demais famílias que residem no espaço rural, o que dá, na média, um valor aproximado de 6,62 hectares por habitante. Para chegar a este valor, divide-se as 10.500 hectares pela população rural, que é de

1.587 habitantes. Conforme já dito neste trabalho, o município de Sossego tem uma população de 3.173 habitantes, sendo que deste total 1.586 tem domicílio no núcleo urbano e 1.587 no espaço rural.

Claramente percebe-se que, antes da implantação do Programa de Reforma Agrária no município de Sossego, havia uma alta concentração fundiária, caracterizada pelo domínio de 1/3 de suas terras por apenas três famílias. De imediato, a instalação dos assentamentos no município de Sossego provocou alteração importante no acesso a terra, pois, a área que era dominada por apenas três famílias, agora passa a representar trabalho e renda para 171 famílias.

Wanderley descreve estas terras como sendo “grandes áreas rurais socialmente desertificadas, isto é, sem vida social ou nas quais a vida social é extremamente reduzida” (WANDERLEY, 2009, p. 299).

Neste sentido, a grande propriedade representa uma forma urbana de apropriação do meio rural. Tendo ou não um caráter produtivo, a propriedade da terra está associada, nestes casos, a objetivos econômicos, que incluem desde os investimentos produtivos até a mera especulação fundiária, mas não se traduz, necessariamente, pelo envolvimento do proprietário e sua família na vida social local, pois, raramente ele habita no meio rural. (WANDERLEY, 2009, p. 299)

A instalação destas unidades de assentamentos, como será demonstrado neste capítulo, trouxe benefícios diretos às famílias sem acesso a terra no município de Sossego e também nos municípios localizados no seu entorno. O seu alcance, tanto do ponto de vista social como econômico, repercutiu nos municípios circunvizinhos. Baraúna, Barra de Santa Rosa, Pedra Lavrada e Picuí fazem limite geográfico com o município de Sossego, em maior ou menor intensidade e foram duplamente alcançados pelos efeitos da instalação dos assentamentos rurais. Em primeiro lugar, porque parcela considerável do total das famílias alcançadas pela implantação dos P.A.s em discussão tinham seus domicílios nestes municípios, conforme está demonstrado na Tabela 1. Em segundo lugar, mas não menos importante, o comércio destes municípios foi também impactado pelos efeitos econômicos iniciados a partir da instalação destas unidades de assentamentos rurais.

Conforme ficou identificado nas entrevistas realizadas junto às famílias assentadas, uma parte da produção dos assentamentos é comercializada nas feiras livres, com destaque para a Feira de Sossego e Baraúna que recebem produtos como o milho, feijão, fava, animais, hortaliças e outros. O abastecimento das famílias também é feito, em sua grande maioria,

através de compras realizadas no comércio destas cidades, com destaque para Sossego, Baraúna, Cuité e Picuí, conforme demonstraremos um pouco a frente. Dito de outra forma, a instalação dos assentamentos rurais no município de Sossego não interferiu apenas na dinâmica local, repercutiu também, e de forma bastante significativa, sobre os municípios circunvizinhos. As famílias que migraram para os assentamentos em estudo faziam parte de um grupo de excluídos da posse da terra, aliviando assim um pouco da pressão pelo acesso a terra vivida em seus locais de origem.

Tabela 1 – Número de famílias residentes nos P.A.s de Sossego por município de origem

Municípios de origem das famílias assentadas	Quantidade de famílias alcançadas por município	Percentual de famílias por município nas unidades assentadas (%)
Baraúna	04	8,16
Picuí	02	4,08
Pedra Lavrada	15	30,61
Outros	01	2,04
Subtotal	22	44,89
Sossego	27	55,10
Total	49	100,00

Fonte: dados levantados na pesquisa/2011

A Tabela 1 demonstra bem esta diversidade quanto à origem das famílias beneficiadas com as unidades de assentamentos objeto deste estudo, pois, observa-se que do total das famílias pesquisadas, quase metade vieram de localidades do entorno do município de Sossego (ver Anexo B). Na Tabela 1 está demonstrada a participação de cada um destes municípios no conjunto geral levando em consideração as famílias que participaram da pesquisa.

As informações levantadas na pesquisa, considerando o domicílio de origem das famílias assentadas nas unidades instaladas, revelou dados importantes. O primeiro dado demonstra que 44,89% das famílias envolvidas no conjunto geral das unidades de assentamentos e Banco da Terra do município de Sossego têm origem em outros municípios. O segundo dado demonstra que o município de Pedra Lavrada concentra a maior parte destas famílias, respondendo por 30,61% do total, o que significa o dobro do contingente geral de famílias cuja origem não foi o município sede. Com relação a estes dados, as informações levantadas nas entrevistas indicaram duas explicações.

A primeira aponta para a proximidade geográfica das localidades de origem das famílias com relação ao município de Sossego e, a segunda explicação, não menos importante que a primeira, relaciona-se aos laços de parentesco e de negócios destas famílias, levando-os a estabelecer e manter vínculos com o Sossego bem mais fortes do que com a sede do município onde residiam. Compras, documentos, pagamento de contas em correspondentes bancários, postagem de cartas, consertos de automóveis, motocicletas e bicicletas e auxílio veterinário, entre outras necessidades destas comunidades são, invariavelmente, canalizados para a cidade de Sossego. Estas informações são também bastante significativas porque demonstram que a instalação do assentamento, ao alcançar famílias de outros municípios, não beneficia apenas àqueles cujos domicílios estão inseridos no município contemplado com o assentamento.

De acordo com estes dados levantados na pesquisa, o processo de instalação dos assentamentos significou sensível aumento da população do município de Sossego, ainda que em número bem pequeno. Por outro lado, no caminho inverso, os municípios circunvizinhos registraram perda populacional, ainda que em número também pequeno. Este movimento migratório, ainda que em escala bastante reduzida, não significa apenas simples mudança de endereço. Envolve, sobretudo, mudança social, política e econômica. Mudança social porque estas famílias deixaram o modo de vida anterior, marcado por relações de trabalho extremamente desiguais e precárias, para alcançar o status de agricultor familiar, donos da terra, mesmo que de pequena extensão.

É também uma importante mudança política porque, ao mudar de endereço, transferem seu domicílio eleitoral, passando a interferir nas decisões do lugar onde passam a residir. Para se ter uma ideia desta interferência, basta utilizar como exemplo as eleições para prefeito do município de Sossego no ano de 1998, decidida por diferença mínima de quatro votos, sendo eleito o candidato que, naquele momento, havia apoiado as famílias no processo de ocupação das terras da Fazenda Cabeça do Boi, local onde foi instalado o PA Padre Assis. O então prefeito e candidato a reeleição, que no evento da ocupação das terras ficou do lado dos antigos proprietários, acabou perdendo a disputa. Mesmo que seja uma situação circunstancial, é opinião comum entre todos que o peso eleitoral das unidades assentadas influenciou diretamente para o desfecho observado no resultado final do pleito.

No aspecto econômico, há de se considerar o fato de que estas famílias, ao passarem à condição de agricultores familiares, conquistando o acesso a uma série de benefícios que impactaram significativamente suas vidas. Entre estes benefícios, destaca-se o acesso a casa

própria, a um pedaço de terra, ao crédito bancário e crédito comercial, a serviços de saúde e educação entre outros.

Outro ponto a se destacar é que a implantação destas unidades de assentamento se deu em uma região cuja economia está fundamentalmente baseada nas atividades do setor agrícola e da pecuária, funcionalismo público, aposentadorias e, em menor escala, no comércio e prestação de serviços. A participação do Setor Secundário na geração de empregos e renda é quase insignificante, limitando-se apenas há existência de duas pequenas panificadoras instaladas no núcleo urbano. Por esta razão, é pensamento comum entre as famílias beneficiadas, os comerciantes e agentes da administração pública, além dos pequenos agricultores do município, que a implantação dos assentamentos rurais tem se caracterizado como importante ação do poder público no sentido de dinamizar a economia local, influenciar na dinâmica interna do município de Sossego e dos municípios ao seu entorno. Este pensamento corrobora com Souza, pois, há uma compreensão de que o fruto do trabalho dos agricultores familiares nos assentamentos rurais representa um importante “incremento de produtos e serviços” que refletirão sobre a dinâmica do núcleo urbano (SOUZA, 1996). Entende que a instalação dos assentamentos representa uma importante alternativa para as famílias que estavam privadas do acesso à terra que, por meio do processo formal de compra, via mercado, sem a intervenção direta do poder público, talvez nunca tivessem acesso a um pedaço de terra para plantar e cuidar de suas famílias.

O II Plano Nacional de Reforma Agrária – II PNRA, lançado em 2003 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, durante o primeiro mandato do Presidente Lula, apontou para a necessidade de uma atuação governamental no campo cujas ações fossem capazes de superar as imensas desigualdades sociais através de uma ampla intervenção pública, centrando na Reforma Agrária seu eixo central de atuação. No corpo deste documento, está claro como o governo entende o alcance social do programa de Reforma Agrária.

A reforma agrária é urgente não apenas pela gravidade da questão agrária expressa pelos conflitos no campo e por uma forte demanda social, mas, principalmente, pela sua contribuição à superação da desigualdade e a exclusão social de parte significativa da população rural (BRASIL, 2003, p. 07)

O plano apresentado pelo Governo Federal objetivava ir mais além da simples distribuição de terras para famílias carentes. Buscou estabelecer linhas de ação baseadas na

garantia de acesso direto ao crédito bancário, na política de comercialização da produção agrícola, na assistência técnica, na formatação do Programa de Recuperação dos Assentamentos cujo lócus de ação seria a recuperação das áreas assentadas criadas antes de 2003 e no enfoque da preservação ambiental nas áreas assentadas.

2.2. Experiências na implantação das Unidades Assentadas

O PA Padre Assis foi criado no ano de 1998, resultado direto do processo de mobilização iniciado pelas famílias de trabalhadores sem terra que lutavam pela desapropriação da Fazenda Cabeça do Boi, encravada no Sítio Cabeça do Boi, município de Sossego/PB, e sua consequente incorporação ao Programa de Reforma Agrária do Governo Federal.

No final de 1997, inconformados com a falta de um pedaço de terra para trabalhar, famílias residentes no município de Sossego e também oriundas dos municípios circunvizinhos, como forma de pressionar o Governo Federal, resolveram ocupar as terras da referida propriedade e de lá não sair até que fosse apresentada uma solução definitiva para o impasse. Estavam decididos a ocupar as terras até que recebessem sua posse de forma oficial, ou seja, não tinham planos de sair mais, pois, uma vez legalizado o domínio, passariam a residir lá de forma definitiva.

A primeira tentativa de ocupação aconteceu no dia 28 de setembro de 1997, mas, em virtude de pequeno número de pessoas presentes, acabaram deixando para o próximo domingo, dia 05 de outubro de 1997. Logo pela manhã, algo em torno de 17 famílias decidiram partir para a ocupação da então Fazenda Cabeça do Boi. Segundo o Sr. Inácio José dos Santos, um dos presentes à ocupação (ver Apêndice A), as pessoas saíram da cidade de Sossego em um caminhão cedido pelo Sr. Emídio Nunes, passando pelo Sítio Alto do Umbuzeiro¹ onde mais algumas pessoas se juntaram a eles. Ainda segundo relatos do Sr. Inácio, “as famílias estavam na feira livre da cidade de Sossego quando o Sr. Garcia Queiroz² começou a chamar as pessoas para a ocupação da fazenda”. O nível de planejamento era quase nenhum e eles não contavam com apoio de nenhum movimento ligado a Reforma

¹ Sítio localizado no município de Pedra Lavrada, distante 5km da cidade de Sossego. Desta comunidade várias famílias foram para o acampamento, inclusive o Sr. Inácio José dos Santos.

² O Sr. Garcia é considerado o primeiro líder desta ocupação. Ele acabou não ficando no assentamento por que era aposentado rural, situação considerada impeditiva pelas regras do INCRA. Atualmente este impedimento foi revogado pelo Governo Federal e o Sr. Garcia é beneficiário do PA Campos Novos.

Agrária, além de não haver entre as pessoas qualquer nível de envolvimento com este tipo de ação. As ações eram decididas na hora.

De acordo com o Sr. Inácio, a decisão de ocupar a fazenda foi motivada por duas razões principais: A primeira diz respeito ao desejo que estas pessoas tinham em ter seu próprio pedaço de terra para trabalhar e morar com a família. A segunda motivação veio das reportagens que assistiam na televisão dando conta da ação dos movimentos sociais, sobretudo o MST, em diversas regiões do Brasil. “Nós entendemos que poderíamos fazer a mesma coisa, ou seja, ocupar as terras da fazenda para ver se o governo fazia sua desapropriação” disse ele. Como no Sítio Cabeça do Boi havia uma grande propriedade subutilizada e disposta de terras com boa qualidade, as famílias decidiram por sua ocupação, acrescentou ele.

Por volta do meio dia, naquele cinco de outubro, as famílias chegaram às terras da Fazenda Cabeça do Boi. A primeira iniciativa tomada por eles, de acordo com os relatos do Senhor Moacir Ferreira Marques, foi providenciar, de forma bastante improvisada, a construção das barracas para acomodar-se com a família (ver Apêndice A). “As barracas eram feitas de madeira e cobertas com plástico que haviam conseguido com os comerciantes de Sossego, ou trazidas de casa, e outras com palha de capim retirada nas imediações do acampamento”, firmou ele. Ainda tomados pelo susto em virtude do que estava acontecendo, ao final do dia as famílias decidiram transferir o acampamento para as terras do Sr. José Lucena Neto, proprietário vizinho à Fazenda Cabeça do Boi, pois, lá se sentiam mais seguros. A notícia da ocupação se espalhou e, já na segunda e terça-feira, várias famílias se juntaram ao acampamento, chegando ao número de 58. No entanto, com o passar dos dias e em virtude das difíceis condições no acampamento, algumas desistiram e este número ficou em 40.

Logo na segunda-feira, o Sr. Pedro Ferreira dos Santos, então Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Sossego, esteve no acampamento e convenceu às famílias a retornarem o acampamento para as terras da propriedade, orientação aceita por eles.

Como não tinham qualquer experiência nesta área, escolheram algumas pessoas para ir até o PA Belo Monte e Caiçarina, localizado nos municípios paraibanos de Cubati e Pedra Lavrada. Lá solicitaram apoio, sendo prontamente atendidos pelos líderes daquela comunidade que, por sua vez, solicitaram o auxílio da Comissão Pastoral da Terra – CPT. A CPT, que já prestava assessoria à comunidade do PA Belo Monte e Caiçarina, passou a dar apoio logístico para as famílias acampadas no Sossego. Além das orientações relacionadas à

ocupação, os membros da CPT conseguiam também cestas básicas, ferramentas, vestimentas e outros produtos que foram doados à comunidade. Com isso, o movimento foi ganhando confiança e visibilidade e as famílias passaram a acreditar mais na força da ocupação.

Para a maior parte da população, como relatou o Sr. Lourinho, havia a crença de que a ocupação não daria resultado e que eles iriam sair logo das terras sem alcançar qualquer objetivo. A maior parte da população do entorno não acreditava na firmeza das famílias envolvidas, talvez porque não houvesse qualquer registro de algo parecido nas imediações do município de Sossego. Até aquele momento, nenhum registro de ocupação de terras na região por famílias de agricultores foi noticiado. Era comum acompanhar este tipo de evento apenas nos noticiários jornalísticos, algo que havia acontecido em lugares distantes. Ainda segundo o senhor Lourinho, este sentimento de insegurança quanto ao sucesso da ocupação existia até mesmo entre as famílias acampadas. “Muita gente tinha medo, principalmente nos primeiros dias da ocupação”, afirmou ele (ver Apêndice A).

Construíram as barracas em volta da antiga sede da fazenda (ver Apêndice B), onde permaneceram por um período de 58 dias, só saindo no dia 1 de dezembro do mesmo ano. Uma Ordem Judicial extraída da Ação de Reintegração de Posse movida pela família detentora da posse das terras obrigou as famílias a deixar a propriedade. A notícia da decisão judicial chegou à comunidade já no dia 30 de novembro. Além do Sr. José Lucena Neto, o Sr. Sizenado Paulino, dono de uma pequena propriedade vizinha a Fazenda Cabeça do Boi, também ofereceu suas terras para que as famílias ficassem acampadas, oferta aceita por todos. Preferiram esta segunda opção por ser mais central e ficar próxima das terras em disputa.

A reintegração de posse se deu de forma pacífica, não havendo qualquer tipo de incidente ou confronto entre as famílias e a polícia. O destacamento policial responsável pela retirada das famílias era proveniente da cidade de Campina Grande/PB, contando com 76 homens, todos muito bem armados. Quando o comandante da operação se aproximou do acampamento, não encontrou qualquer resistência. As famílias já estavam informadas da operação e haviam decidido transferir o acampamento para a propriedade vizinha assim que a polícia chegasse. Os policiais se encarregaram de desmontar cada uma das barracas sem uso de violência, retirando todas as ferramentas e colocando em um lugar separado. O senhor Inácio informou que os policiais “colocaram todo o material em um lugar separado e no mesmo dia nos entregaram tudo. Não houve problema e nem destruição. Pegamos nossas coisas e fomos para as terras do Senhor Sizenando”. Lá permaneceram até o dia em que o INCRA fez a entrega das casas na Agrovila do PA Padre Assis.

Nas terras do Sr. Sizenando construíram o acampamento (Foto A) para que pudessem permanecer enquanto a desapropriação não acontecia. O Sr. Sizenando Paulino tinha duas filhas envolvidas na ocupação.

Foto A: Acampamento construído nas terras do Sr. Sizenando Paulino.



Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Inácio José dos Santos/1997

A ocupação iniciou o movimento de pressão sobre o Governo Federal para que este realizasse a desapropriação da referida propriedade, uma vez que o processo já estava em curso havia muito tempo e, a impressão que dava era que faltava vontade para resolver o problema. Não havia sido nada combinado ou planejado. Foi tudo decidido na hora, como resultado do sentimento que tomava conta de todos. Era preciso pressionar as autoridades de alguma forma.

Este período de ocupação não foi curto e nem fácil, perdurando até o dia três de julho de 1998, quando finalmente o INCRA efetivou a desapropriação das terras. Permaneceram acampados por nove meses. O período de espera para a construção das residências também foi longo, pois, estas só foram entregues em setembro de 1999, assim mesmo, ainda por terminar. Dado às condições precárias em que viviam nas barracas, preferiram se mudar antes mesmo do INCRA concluir a construção das casas. Segundo os relatos das famílias entrevistadas, este período foi muito difícil, marcado por lutas e sofrimento. Não fosse a união das famílias envolvidas e o apoio que receberam de algumas pessoas e instituições, a maioria teria logo

fraquejado. “Para conseguir suportar as dificuldades enfrentadas no acampamento, tivemos que sustentar uns aos outros”, afirmou à senhora Juscelina (ver Apêndice A).

É visão geral que as relações de cooperação estabelecidas entre as famílias que ocuparam as terras foram determinantes para o sucesso da ocupação e para a superação das dificuldades enfrentadas. Não havia reservatórios de água doce e limpa nas proximidades e a rede de energia elétrica estava distante cerca de 6 km. Segundo os moradores, a vida no acampamento não era nada fácil. Não contavam com qualquer estrutura, por mais simples que fosse. Nas barracas improvisadas, as famílias permaneceram determinadas até que as terras da fazenda fossem finalmente desapropriadas.

Para sobreviver a este período de dificuldades, não desistir da ocupação, trabalhar para atender as necessidades da família e ainda garantir a segurança da comunidade, os posseiros organizaram um sistema de revezamento para garantir que o acampamento estivesse sempre povoado com o maior número de pessoas. Quando alguns precisavam se deslocar para outra localidade a fim de resolver qualquer tipo de negócio, os demais permaneciam no acampamento garantindo sua segurança. Ir à feira, ao médico, levar os meninos na escola e até mesmo trabalhar nos roçados improvisados cultivados nas imediações do acampamento, ou nas terras de vizinhos, era sempre uma atividade que exigia certo planejamento. Quem saía pela manhã tinha que retornar à tarde para dar cobertura aos outros que precisavam sair. Alguns iam dormir com parentes ou em suas antigas residências, enquanto os demais permaneciam acampados. Geralmente as mulheres ficavam responsáveis por levar os filhos à escola.

Apoio importante foi dado pelo então prefeito do vizinho município de Baraúna que, sempre que solicitado, fornecia água no carro pipa, atendimento médico, medicamentos e até cestas básicas às famílias assentadas. Colocou também transporte escolar para levar os alunos para as escolas existentes na cidade de Baraúna. Aqui, pode-se imaginar que o acesso aos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental – FUNDEF³ colaborou para esta iniciativa, pois, o Governo Federal passou a repassar aos Estados e municípios os recursos destinados à educação considerando a quantidade de alunos matriculados, isto significa que quanto maior o número de alunos maior o volume de verbas repassadas ao município. A outra parte dos alunos passou a estudar em uma escola pública do município de Sossego, que funciona no Sítio Caiçara, comunidade próxima de onde estava o acampamento.

³ O FUNDEB foi criado pela Emenda Constitucional nº 14/96 e regulamentado pela Lei nº 9.424/96, sendo implantado nacionalmente em 1º de janeiro de 1998.

Outro apoio importante veio da Paróquia da Igreja Católica da cidade de Picuí, distante aproximadamente 30 km do assentamento. Segundo os moradores da comunidade, o pároco local, Padre Assis, logo na segunda-feira após a ocupação, dirigiu-se ao assentamento e empenhou seu apoio e solidariedade às famílias. Para ajudar na manutenção das famílias assentadas, realizou campanhas junto a sua comunidade para conseguir alimentos, vestuários e outros produtos que foram doados à comunidade. Em sua homenagem, por decisão das famílias beneficiadas, ao ser criado, o assentamento recebeu o nome de PA Padre Assis como forma de gratidão ao apoio recebido.

O então Prefeito do município de Sossego não ofereceu qualquer tipo de ajuda para o acampamento, preferindo empenhar apoio à família detentora da posse das terras. Os entrevistados entendem que esta decisão foi movida por duas razões: primeiro porque mantinha fortes laços de amizade com a família detentora das terras ocupadas e, também porque, ele mesmo era detentor de grandes quantidades de terras no município.

Sobre as relações estabelecidas entre as famílias acampadas e o então prefeito do município de Sossego, o Sr. Inácio José dos Santos, falando das dificuldades enfrentadas, nos disse que:

As condições no acampamento eram muito ruins. Agente não tinha quase nada. Agente dividia a comida entre as famílias acampadas. A água era muito difícil, já que agente não tinha açudes ou riachos por perto. Um dia fomos pedir ao prefeito de Sossego um carro pipa de água para o acampamento. Ele disse que para agente só tinha caco de vidro.

Em resposta a esta ocupação, ainda que de forma demorada, o Governo Federal decidiu por promover a desapropriação da fazenda e incorporá-la ao Programa Nacional de Reforma Agrária. Com esta decisão as famílias viam atendidas suas reivindicações. A desapropriação da Fazenda Cabeça do Boi se deu através de Ato do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, publicado no Diário Oficial da União – DOU no dia 03 de julho de 1998.

A segunda etapa do procedimento burocrático seria exatamente a criação do assentamento, evento que se deu através da Portaria do INCRA nº 081/1998 publicada no DOU em 11 de dezembro de 1998, passando a beneficiar diretamente 41 famílias. Este longo processo que teve início em novembro de 1997 com a ocupação da fazenda pelas famílias sem terra, teve seu desfecho com a criação do PA Padre Assis que passou a ocupar as terras pertencentes à antiga Fazenda Cabeça do Boi. A referida fazenda ocupava uma área de 1.400

hectares, todas encravadas no município de Sossego/PB, distante 14 km com relação ao núcleo urbano. (ver Apêndice Anexo B).

Contrariando a expectativa da maior parte da população, a luta das famílias acabou alcançando o objetivo desejado, pois, como já assinalado, as terras da fazenda ocupada foram desapropriadas. Ao ser instalado, o assentamento foi dividido em 41 lotes de 25 hectares cada, além da área separada para a reserva ambiental e a área de uso coletivo para pastagem dos animais, a retirada da madeira seca para uso doméstico etc. Nos lotes, as famílias assentadas desenvolvem culturas como o milho, feijão, fava, cajueiros, hortaliças diversas, mandioca etc. Também tem destaque à criação de bovinos, caprinos, galinhas e perús, além de outras atividades com menor destaque como o umbu, a apicultura etc.

A instalação do PA São Luis não obedeceu à mesma lógica observada no PA Padre Assis, pois, não foi precedida por processos de ocupação das terras como ocorrido na Fazenda Cabeça do Boi. Acompanhando o desenvolvimento dos acontecimentos na Fazenda Cabeça do Boi, os herdeiros do Padre Barros, proprietários da Fazenda Maniçoba, localizada no Sítio Maniçoba, zona rural do município de Sossego/PB, procuraram o INCRA e manifestaram o desejo de vender sua propriedade. O INCRA realizou a avaliação das terras e a adquiriu, incorporando-a assim ao Programa Nacional de Reforma Agrária. O Sr. Manoel Florentino, morador do PA São Luis, ao ser indagado sobre o assunto, informou que as famílias cadastradas decidiram esperar pela desapropriação das terras e criação do assentamento em suas residências (ver Apêndice C).

Como parte do Programa de Implantação de Assentamento Rurais do INCRA no município de Sossego, a Fazenda Maniçoba foi desapropriada para fins de Reforma Agrária no dia 13 de julho de 1998, apenas 10 dias após a desapropriação da Fazenda Cabeça do Boi. A criação do assentamento seu deu através da RET do INCRA nº 002/99 publicada no DOU em dia 18 de janeiro do ano de 1999, pouco mais de 1 mês após a criação do PA Padre Assis. A criação deste assentamento beneficiou diretamente 47 famílias que passaram a ocupar uma área de 1.491,50 hectares, todas encravadas no município de Sossego, distante aproximadamente 19 km da sede do município. Cada um dos 47 lotes ocupa uma área de 25 hectares, além da área de preservação ambiental e de uso coletivo para pastagem (ver Apêndice D e Anexo C).

Em termos de atividades desenvolvidas, há clara semelhança com o PA Padre Assis, provavelmente em virtude de possuírem o mesmo tipo de solo, clima e vegetação, haja visto estarem separados por apenas uma cerca de arame, ficando as Agrovilas aproximadamente 6

km de distância uma da outra. Os moradores do PA São Luis desenvolvem as culturas do milho, feijão, fava, cajueiros, hortaliças diversas, mandioca etc. Também tem destaque à criação de bovinos, caprinos, galinhas, perus e peixes, além de outras atividades com menor destaque como o umbu, a apicultura e etc. A piscicultura e o plantio de hortaliças no PA São Luis ocupam papel de destaque na produção de renda dos moradores graças à existência do Açude Santa Rita. Localizado no Sítio Santa Rita, município de Sossego/PB, vizinho às terras do PA São Luis (ver Apêndice E), trata-se do maior reservatório de água do município com capacidade aproximada de 5.426.120 m³ de água segundo dados da CAGEPA. Ele é alimentado pelas águas provenientes dos riachos Cisplatina, Lamarão e Sombrio e, segundo o INCRA, concentra cerca de 98% de sua represa nas terras do PA São Luis (Baracuchy, Lima e Sampaio, 2005). Os moradores do PA São Luis são beneficiados diretamente, explorando suas margens com o plantio de hortaliças, legumes, criação de animais etc. Vale aqui destacar que as hortaliças (cenoura, pimentão, batatinha, cebola, alface e coentro, entre outros) utilizadas na merenda servida nas escolas da Rede Municipal de Ensino do município de Sossego são, em sua grande maioria, oriundas dos plantios realizados nas vazantes do Açude Santa Rita e produzidas exclusivamente pelos moradores do PA São Luis.

Estas hortaliças são adquiridas pela Prefeitura Municipal de Sossego através do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Este programa foi criado no ano de 2009 através da Lei nº 11.947/09 e dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, para os alunos matriculados na educação básica.

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

Esta medida tomada pelo Governo Federal tem por objetivo o fortalecimento da Agricultura Familiar com ênfase nos assentamentos rurais.

No PA Campos Novos, o modelo de instalação do assentamento seguiu os mesmos caminhos do PA São Luis, sem qualquer tipo de ocupação. Sua instalação ocorreu nas terras da Fazenda Campos Novos e da Fazenda Timbaúba, localizadas respectivamente nos Sítios Campos Novos e Sítio Timbaúba, distantes aproximadamente 05 km da cidade de

Sossego/PB. As duas propriedades pertenciam ao Aristóteles Corrêa de Queiroz, que, como já foi destacado neste texto, também era proprietário da Fazenda Cabeça do Boi, local onde foi instalado o PA Padre Assis. Uma parte da Fazenda Campos Novos estava localizada no município de Barra de Santa Rosa/PB, limite Leste do município de Sossego/PB (ver Apêndice F e Anexo C).

O PA Campos Novos foi criado através da RET do INCRA nº 010/2003, publicada no DOU em 16 de junho de 2003, beneficiando diretamente 67 famílias que passaram a ocupar uma área total de 3.588,00 hectares. Cada um dos 67 lotes ocupa uma área de 16 hectares, além da área de preservação ambiental e de uso coletivo para pastagem. Vale aqui destacar que a comunidade, assim como os demais moradores do município conhecem o assentamento pelo nome de Santo Antonio, nome escolhido em assembleia dos moradores em referência ao padroeiro do município de Sossego. No entanto, o nome oficial que consta nos cadastros do INCRA é PA Campos Novos.

Em termos das atividades desenvolvidas pelos moradores do PA Campos Novos, repete-se as culturas produzidas no PA São Luis. Aqui também se trabalha no plantio do milho, feijão, fava, cajueiros, hortaliças diversas, mandioca etc. Também tem destaque à criação de bovinos, caprinos, galinhas, perus e peixes, além de outras atividades de menor expressão econômica como o umbu, apicultura etc. A piscicultura e o plantio de hortaliças no PA Campos Novos ocupa papel de destaque na produção de renda para as famílias assentadas graças à existência do Açude Timbaúba (ver Apêndice G). Este reservatório está construído no leito do Riacho das Traíras e fica no lado Leste da Agrovila. As águas represadas beneficiam diretamente as famílias assentadas que exploram às suas margens com o plantio de hortaliças, legumes, capim, criação de animais etc. Trata-se de um dos mais importantes reservatórios de água doce do município de Sossego. Nos períodos de estiagens prolongadas suas águas são carregadas em carros pipas para atender as famílias do município de Sossego e de Barra de Santa Rosa.

Este reservatório, historicamente, sempre foi muito importante para a sobrevivência das famílias da região. Sua construção remonta as décadas de 1950 e 1960 e carrega algumas boas histórias. Numa delas, segundo nos contou o Poeta e Escrivão do Município de Sossego, Sr. Severino Antunes de Lima, havia a crença na existência de uma grande serpente que povoava o açude (ver Apêndice H).

Sobre este açude, ele nos disse:

Nos idos das décadas de 1950 e 1960, a dificuldade para conseguir água aqui na região era enorme. O açude de Timbaúba era um dos poucos da região. Sua água sempre foi limpa e doce e dificilmente ele seca. No entanto, foi construído em terras particulares e o seu dono, o Sr. Aristóteles, para amedrontar o povo que vinha buscar água, contava que no açude havia uma enorme cobra capaz de engolir uma criança de até 10 anos. O temor da cobra afastava as pessoas de tirar água e, principalmente de tomar banho. De fato, estou para completar 78 anos neste ano de 2011 e nunca ouvi falar de alguém que tivesse se encontrado com a dita cobra.

A quarta experiência de assentamento rural é o Sombrio, Localizado no Sítio Sombrio, zona rural do município de Sossego/PB. Distante 10 km da sede do município, ocupa uma área de 500 hectares, contando com 16 famílias beneficiadas. As terras foram adquiridas junto ao Sr. Armando Cunha e estão divididas em 16 lotes de 26 hectares cada, além de uma área de reserva ambiental com 84 hectares. Este modelo de assentamento difere dos demais já estudados pelo fato de que sua aquisição deu-se pelo Programa Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra⁴, criado pelo Governo Federal através da Lei Complementar nº 93/1998 de 04 de fevereiro de 1998 (ver Anexo C). Esta lei tem a finalidade de financiar programas de reordenação fundiária e de assentamento rural. Neste modelo, a ação do Governo Federal é deslocada da intervenção sobre a estrutura fundiária por meio das desapropriações para uma função indireta através do fornecimento de crédito, transferindo para o mercado uma parte da solução dos problemas existentes no campo. O programa pode ter como beneficiados famílias de trabalhadores rurais sem terras ou cooperativas de trabalhadores rurais. O Governo Federal aqui funciona como agente financiador da compra do imóvel, sendo o próprio imóvel adquirido usado como instrumento de garantia de seu pagamento.

2.3. Organização das unidades assentadas.

Ao ser instalado cada assentamento, passou-se à construção das casas para o uso dos beneficiários. Nos PA Padre Assis, PA São Luis e PA Campos Novos o modelo escolhido para a construção das casas foi o sistema de agrovila. Segundo o Senhor Luis Vitor, beneficiário do PA Campos Novos (vem Apêndice I), há uma explicação para esta forma de ordenamento das

⁴ Neste modelo o Governo Federal deixa de agir diretamente para funcionar como agente financiador da propriedade que será adquirida. No modelo tradicional, o INCRA desapropria as terras e depois as distribui entre as famílias previamente cadastradas. No Banco da Terra, as famílias localizam a propriedade e procuram os bancos conveniados para conseguir o financiamento. A própria terra adquirida é utilizada como garantia de quitação do financiamento.

residências. A opção pelo modelo de agrovila, sistema onde todas as residências são construídas em uma vila, ocupando um local estratégico dentro das terras, deu-se porque o INCRA determinou que fosse assim, já que não havia ainda providenciado os títulos de posse, procedimento burocrático que só viria a acontecer tempo depois.

No caso do PA Campos Novos, as entrevistas apresentaram o mesmo resultado com relação à distribuição das casas. Ao ser entrevistado sobre este tema, o Sr. Luis Vitor, morador da comunidade, nos disse que:

Quando foram construir as casas não perguntaram nada pra gente não. Foram construídas em 2003 e nós entramos aqui em 2004. Não tinha nem energia elétrica ainda. A documentação de posse nós não recebemos ainda e isto impede que agente faça empréstimos e outras coisas.

Segundo o Sr. Inácio José dos Santos, morador do PA Padre Assis, mesmo com a entrega dos Títulos de Posse e a emissão da Relação de Beneficiários – RB, a definição do local onde ficaria o lote de cada morador ainda demorou bastante. Pela fala dos moradores entrevistados, ficou bem claro que a decisão por este modelo não partiu deles, e sim, foi uma opção feita pelo INCRA. A justificativa apresentada pelo INCRA, segundo os moradores, é que não seria possível construir as residências nos lotes, haja vista não haver ainda a definição do local onde cada família receberia sua parte.

Não é objetivo deste trabalho adentrar no mérito da discussão de qual dos modelos de distribuição das residências seria a melhor. O que se observou nesta postura unilateral do INCRA, foi a negação do direito que os moradores tinham de escolher qual alternativa queriam adotar, afinal de contas, são exatamente eles que passarão a utilizar cada recurso da área assentada.

Para os moradores, esta forma de organização apresenta vantagens e desvantagens. As principais vantagens por eles apontadas estão relacionadas à facilidade de se reunir, a proximidade com as pessoas, a praticidade na prestação de serviços públicos como o transporte escolar e o atendimento médico e a segurança entre outros, pois, todos estão juntos etc. O lado negativo observado pelos moradores diz respeito à segurança dos lotes, pois, o distanciamento destes favorece a prática de furtos. Desprotegidos, os lotes são presas fáceis para àqueles que desejam subtrair algo de alguém sem ser identificado. Além do perigo de assaltos, outro problema apontado pelos moradores está relacionado ao tempo perdido no deslocamento de ida e volta até o lote para o trabalho. Este tempo de deslocamento, segundo

eles, poderia ser utilizado já no trabalho. Como assinalou o Sr. Moacir Marques Lima, também morador do PA Padre Assis:

Os lotes ficam sem proteção, facilitando assim a prática dos roubos. Não é possível criar galinha, gado, cabras, carneiros, cavalos, deixar objetos de valor como carroça, cultivador, enxada, matraca⁵, legumes e outros objetos necessários para o uso no lote porque corremos o risco do ladrão ir roubar. Além do mais, agente perde muito tempo se deslocando até o lote. Este tempo poderia ser utilizado no trabalho. Seria melhor se a casa tivesse sido construída no lote. Eu fui contra a vila, mas, o INCRA disse que tinha que ser assim e pronto. Não pudemos fazer nada. Tivemos que aceitar desse jeito mesmo. Ainda vou construir minha casa no lote.

Basicamente, há dois modelos para a organização e distribuição das casas em assentamentos rurais. O primeiro modelo é o sistema onde as casas são construídas próximas, formando as agrovilas. Geralmente localizada em um ponto estratégico da propriedade, a vila é habitada por todos os moradores, o que facilita sua organização e o trabalho cooperativo. Favorece também à prestação de serviços públicos como a instalação de escolas, postos de saúde, beneficiamento de estradas etc., além de também abrigar a sede da associação dos moradores. Os problemas deste tipo de organização já foram destacados pelos moradores. Aqui há outro problema que observamos. Os posseiros não participaram da escolha do modelo de distribuição espacial de suas casas, ou seja, a escolha foi por imposição do INCRA e não pela vontade da maioria das famílias assentadas.

Outra forma de organização dos assentamentos é a construção das residências nos lotes destinados a cada família assentada. Os críticos deste modelo afirmam que ele não favorece o convívio associativo nem a prática solidária no seio da unidade assentada, pois, ao criar distâncias físicas entre as famílias, também acaba esfriando o contato social. Os serviços públicos também são dificultados. Afirmam ainda que o envolvimento diário com a agricultura é elemento complicador para o bom desenvolvimento das reuniões na associação dos moradores. No caso da vila, a proximidade física acaba por promover, naturalmente, a proximidade social e política. Os que defendem este modelo alegam como principal benefício à proximidade do agricultor com o lote, seu espaço de trabalho, evitando assim os constantes deslocamentos e ainda garantindo assim melhor segurança para o patrimônio da família assentada.

Ainda sobre a questão da construção das casas, o Sr. Manoel Florentino, um dos moradores do PA São Luis, nos disse que:

⁵ Máquina para plantio manual de sementes, como o milho, feijão, a fava etc.

Poderia até ser que nós decidíssemos em assembleia que queríamos a agrovila, mas, seria uma decisão nossa e não uma imposição do INCRA. Não quero aqui dizer que este não modelo é o melhor. Não sei. Acho que cada um tem suas vantagens e desvantagens, no entanto, os moradores do assentamento é que deveriam ter decidido sobre isto.

Ao contrário dos assentamentos, no Banco da Terra cada família beneficiada recebe logo o Título de Posse da Terra, ficando já estabelecido qual a parte nas terras adquiridas pertence a cada uma. No Assentamento Sombrio, em assembleia das famílias beneficiadas, ficou decidido pela construção das casas nos lotes. Aqui houve uma decisão autônoma e democrática, pois, decidir pelo modelo de agrovila ou de construção das casas nos lotes foi uma escolha que coube aos beneficiários.

Falando sobre esta decisão, o senhor Arlindo Ferreira de Macêdo, um dos beneficiários do assentamento nos disse que:

A decisão de construir as casas nos lotes partiu da gente mesmo. Agente se reuniu e decidiu que cada família construiria sua casa no próprio lote. É melhor assim. A maioria concordou. Só é ruim porque de noite agente fica sozinho em casa, mais, para quem já está acostumado a morar no sítio sabe que é assim mesmo. Resolvemos construir as casas o mais próximo que deu uma das outras para facilitar as reuniões e também para um olhar o lote do outro.

2.4. Organização das Agrovilas.

Na Agrovila construída no PA Padre Assis, como já mencionado, há 41 famílias assentadas. São, portanto, 41 residências construídas e distribuídas em duas ruas paralelas. As ruas são em barro batido, facilitando a erosão em períodos de inverno e a poeira nos períodos de chuvas (ver Apêndice B). Quando as chuvas são mais intensas, as correntezas cavam valas no meio das ruas, impossibilitando até o tráfego de carros.

As Agrovilas do PA São Luis (ver Apêndice D) e do PA Campos Novos (ver Apêndice F) apresentam as mesmas características, ou seja, residências dispostas em ruas em barro batido.

Os equipamentos existentes em cada assentamento buscam atender as necessidades dos seus moradores.

No PA Padre Assis há uma escola da Rede Municipal de Ensino, denominada de Escola Comunitária do Assentamento Padre Assis, onde é oferecido a Educação Infantil e o

Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano em turmas multisseriadas. As turmas funcionam no turno manhã, sendo que uma atende a 06 alunos matriculados no Pré I e Pré II da Educação Infantil e a outra turma atende a 22 alunos que estão matriculados do 1º ao 5º anos do Ensino Fundamental. Antes, por falta de prédio próprio, a escola funcionava no prédio da Associação Comunitária do Assentamento Padre Assis (ver Apêndice B). No ano de 2012 a escola passou a funcionar em prédio próprio construído pela Prefeitura Municipal de Sossego e entregue à comunidade no final do ano de 2011 (ver Apêndice J). Além das salas de aula, no novo prédio há uma cozinha, dispensa, auditório e uma sala específica para uso do médico. Todo o piso do prédio é revestido com cerâmica e no teto foi colocado forro de PVC. O terreno para a construção da escola foi doado pela associação dos moradores do assentamento.

No PA São Luis a escola funciona em prédio próprio e atende a alunos matriculados no Pré I e Pré II - Educação Infantil e do 1º ao 5º ano - séries iniciais do Ensino Fundamental. Nesta escola também está sendo instalado um Telecentro Comunitário para atender aos estudantes e comunidade de forma geral. (ver Apêndice K). Na conversa que tivemos com o atual prefeito do município, esta sala de informática foi por ele citada, nos dizendo que:

A construção deste centro de informática, realizada em parceria com o Governo Federal, será muito importante para a comunidade do assentamento e para os sítios circunvizinhos. Uma sala de informática nesta comunidade vai melhorar bastante a qualidade do ensino porque os alunos vão poder fazer suas pesquisas sem precisar se deslocar até a cidade de Sossego ou até mesmo para a cidade de Baraúna. A informática é muito importante nos dias atuais.

Também há na Agrovila um posto de saúde construído pelo município, no entanto, por apresentar dimensões muito reduzidas, nunca chegou a funcionar regularmente, a exemplo do que também aconteceu no PA São Luis (ver anexo Apêndice R). No PA São Luis e no PA Campos Novos, o atendimento médico e as demais ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde continuam acontecendo na sede da associação dos moradores (ver Apêndice D e Apêndice F).

A comunidade do PA Campos Novos não tem escola própria, contando com uma extensão da EMEF Manoel Delmiro Ferreira. Esta escola está localizada na sede do município e uma de suas turmas, no regime seriado⁶, atende os alunos da comunidade, matriculados no Pré I e Pré II da Educação Infantil até o 2º ano do Ensino Fundamental, turno manhã, contando com 15 alunos matriculados neste ano de 2012. Como ainda não dispõe de prédio

⁶ Regime Seriado: quando alunos de dois ou mais anos do Ensino Fundamental estudam na mesma turma.

próprio para funcionar, a sala de aula está instalada na sede da Associação dos Moradores que funciona no armazém sede da antiga Fazenda Timbaúba. A escola Manoel Delmiro recebe também os demais alunos das quatro comunidades, que são transportados até sede para continuar os seus estudos (ver Apêndice M).

Além da sala de aula já citada, no referido prédio também funciona o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, as reuniões envolvendo o Grupo de Idosos e os demais trabalhos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Ação Social.

Em cada assentamento há sistema de abastecimento de água construído, ou, em construção. No PA Padre Assis a caída d'água tem capacidade para mais de 30 mil litros e está dependendo apenas da finalização do sistema de bombeamento (ver Apêndice N). O poço perfurado nas proximidades do assentamento não deu a vazão⁷ de água necessária para atender às necessidades de comunidade, impossibilitando a conclusão da obra. O Sr João Alexandrino, presidente da Associação dos Moradores do PA Padre Assis informou que estão sendo realizados novos estudos do solo para a outra perfuração de um novo poço (ver Apêndice O).

No PA São Luis o sistema de abastecimento já está funcionando há mais de quatro anos e as residências recebem a água a partir de uma caixa d'água construída para tal fim, com capacidade de aproximadamente 25 mil litros. Este fornecimento é feito sem que haja qualquer tipo de cobrança feita aos moradores (ver Apêndice N).

No PA Campos Novos o sistema de abastecimento de água está em fase avançada de conclusão dos serviços de encanação e instalação das máquinas que irão fazer o bombeamento da água para a caixa d'água (ver Apêndice N).

Em todas as residências dos quatro projetos de assentamentos há cisternas construídas com financiamento do Governo Federal. Cada família construiu pelo menos uma cisterna fechada com capacidade entre 12 e 15 mil litros de água. Segundo os dados apurados nas entrevistas, as cisternas e as bicas⁸ foram construídas com dinheiro de empréstimos do Governo Federal. Há uma considerável quantidade de residências onde os moradores construíram duas cisternas.

Falando sobre a questão da construção das cisternas, o Sr. Manoel Florentino, morador do PA São Luis, nos disse que:

⁷ Quantidade de água que o poço bombeia por hora ou dia. Para uso doméstico, um poço com mil a dois mil litros por dia já tem um bom rendimento.

⁸ Calha de zinco ou de plástico colocadas na ponta do telhado para aparar a água que cai e levá-las até a cisterna.

Em muitas residências há duas cisternas, como é o caso aqui da minha casa. Uma agente armazena água para o uso doméstico como cozinhar e o consumo de casa. Na outra, agente armazena água para o gasto de casa e quando ela seca vem o carro pipa e coloca mais água. Para evitar o mosquito da dengue agente coloca umas cinco ou seis piabas⁹ e o problema está resolvido. Agora, com a água encanada, acho que não vamos ter mais muitos problemas. Só quando o ano for ruim de inverno é que podemos ter alguma dificuldade para conseguir água.

Nas Agrovilas do PA Padre Assis, PA São Luis e PA Campos Novos, a comunidade conta com templos religiosos construídos, seja pela Igreja Católica ou, por Igrejas Protestantes, nos dois casos, contando sempre com a participação de seus fieis que moram nas comunidades. No PA Padre Assis há um Templo da Igreja Católica ligado à Paróquia da cidade de Picuí e um Templo da Igreja Evangélica Congregacional administrado pela Igreja da cidade de Baraúna/PB. No PA São Luis há um Templo da Igreja Evangélica Assembleia de Deus administrado pela Igreja da cidade de Sossego/PB. No PA Campos Novos há um Templo da Igreja Católica ligada à Paróquia da cidade de Sossego e um Templo da Igreja Evangélica Assembleia de Deus administrado pela Igreja da cidade de Sossego/PB (ver Apêndice P). Em todos os casos, os terrenos onde os templos estão construídos foram doados pelos moradores de cada assentamento, sempre por decisão da maioria em Assembleias da Associação convocadas para tal finalidade. A autorização da comunidade precisa também ser homologada pela administração estadual do INCRA. O Sr. Damião Miguel, morador do PA Campos Novos e membro da Assembleia de Deus afirmou que: “o INCRA aceita a decisão da comunidade, exigindo apenas o envio da Ata da Assembleia para homologar a doação”.

Todas as estradas que dão acesso às comunidades assentadas no município são de terra batida. Há também em cada comunidade, com exceção do PA Sombrio, um orelhão instalado para atender aos moradores das comunidades (ver Apêndice P).

Vale salientar que, diferentemente do que foi observado nos demais assentamentos, no PA Sombrio não há nenhum dos equipamentos construídos nas demais comunidades.

⁹ Peixe de água doce que apresenta duas manchas escuras arredondadas nos lados. Nome Científico: *Astyanax bimaculatus*.

CAPÍTULO 3 - IMPACTOS DA INSTALAÇÃO DAS UNIDADES ASSENTADAS.

Para o levantamento dos dados junto aos moradores das áreas assentadas, foi trabalhado um total de 49 entrevistas junto às famílias residentes nas quatro unidades de assentamentos objeto de estudo deste trabalho. A partir da análise dos dados, constatou-se que os tipos de ocupação anterior destas famílias estavam ordenados em quatro grupos principais: pequenos agricultores, meeiros, moradores e diaristas. Havia outras atividades complementares nas quais as famílias de trabalhadores do campo buscavam complementar suas rendas, como os puxadores de agave, lenhadores e piscicultores entre outros, no entanto, em número bem reduzido.

Estes pequenos agricultores identificados nos levantamentos compreendem as famílias que trabalham em pequenas áreas rurais, geralmente nunca maiores que 3,0 hectares. O cultivo desta quantidade de terra é absolutamente insuficiente para atender às necessidades básicas de uma família composta, na grande maioria, de pelo menos 04 membros. Numa propriedade rural desta dimensão a família não consegue tirar o sustento mínimo necessário para atender suas necessidades básicas relacionadas à educação, saúde, moradia, etc. São Incapazes de produzir o necessário para sua manutenção. É absolutamente temeroso falar em qualidade de vida, liberdade, autonomia, democracia e soberania familiar numa condição social com estas limitações.

Outro tipo de relação de trabalho identificado nas famílias pesquisadas foi o do meeiro. Nesta modalidade, as famílias trabalham nas terras dos fazendeiros sem lá residir. O pagamento pelo uso da terra ocorria, sistematicamente, com parte da produção, geralmente na razão de 30% a 50%. No final do ano trabalhado, de toda a produção alcançada pela família, de 30% a 50% era entregue ao proprietário das terras.

As demais categorias de trabalhadores do campo já foram conceituadas no primeiro capítulo deste trabalho.

Falando sobre as condições precárias em que vivem os trabalhadores pobres, a exemplo de boa parte dos trabalhadores rurais brasileiros, Amartya Sen assinala que:

[...] o notável o fato de que a privação de liberdade econômica, na forma de pobreza extrema, pode tornar a pessoa uma presa indefesa na violação de outros tipos de liberdade. (...) A privação de liberdade econômica pode gerar a privação de liberdade social, assim como a privação de liberdade social ou política pode, da mesma forma, gerar a privação de liberdade econômica (2000, p. 23).

Tabela 2 – Ocupação das famílias antes de se tornarem beneficiárias dos P.A.s e do Banco da Terra Sombrio

Ocupação principal das famílias antes de se tornarem assentadas	Quantidade de famílias pertencentes a cada grupo social pesquisado	Percentual de cada grupo social no total das famílias assentadas (%)
Pequenos agricultores	20	40,82
Morador	14	28,57
Meeiros e diaristas rurais	15	30,61
Total	49	100,00

Fonte: Dados levantados na pesquisa junto às famílias beneficiárias. Março a julho/2011

A Tabela 2 mostra os dados sobre o levantamento das principais ocupações anteriores das famílias assentadas. Em primeiro lugar, observa-se que a maior parte destas famílias, 40,82% do total dos entrevistados, apresentavam como ocupação anterior a pequena agricultura. Eram agricultores que trabalhavam com suas famílias em pequenas propriedades de terras pertencentes à própria família. De acordo com os relatos das famílias que se enquadravam neste grupo, um pedaço de terra cujo tamanho, sob via de regra, era sempre inferior a 3,0 hectares, não é suficiente para garantir a manutenção de uma família, por menor que esta seja. Aqui temos um reflexo direto da histórica e desumana concentração fundiária brasileira.

Um dos entrevistados, o senhor Inácio José dos Santos, morador do PA Padre Assis, relatou que sua família se enquadrava neste grupo. Para ele, “a pouca quantidade de terras para trabalhar acaba dificultando a sobrevivência da família que dela depende para tirar seu sustento”. A sua capacidade produtiva rapidamente se esgota por falta de recursos financeiros para recuperar o solo e porque não há nem mesmo como deixar uma parte em repouso, dado a sua pouca extensão.

Na segunda linha da tabela aparece a categoria de trabalhador do campo denominado de morador. Pelos dados levantados, identificou-se que 28,57% das famílias entrevistadas se enquadram nesta categoria de trabalhador rural.

Por não ser proprietário de um imóvel rural onde possa plantar e dele retirar o sustento da família, o morador vai morar e trabalhar nas terras de algum grande fazendeiro da região. Esta relação de trabalho rural é bastante desvantajosa para o morador e largamente favorável para o proprietário rural. O proprietário cede ao morador uma parte de suas terras e este, juntamente com os demais membros da família, emprega o melhor do seu tempo e de sua

força para fazê-la produzir. No final da safra, o pagamento pelo uso da terra geralmente é feito com parte da produção. De tudo que produz, o morador entrega ao proprietário algo em torno de 30% a 50%. Por não existir qualquer documento que configure uma relação de trabalho, quando o morador deixa as terras, seja de forma amigável ou litigiosa, não tem qualquer documento comprobatório que lhe assegure os direitos trabalhistas ou outra forma de proteção social. Aqui as relações de trabalho são extremamente precárias.

Para ilustrar este tipo de relação de trabalho no campo, aqui é reproduzido um comentário feito pelo Sr. João Alexandrino de Azevedo. Faz-se importante esta referência porque antes de ser beneficiário do PA Padre Assis, ele trabalhava com toda sua família como morador em uma importante propriedade da região de Pedra Lavrada/PB.

Sobre seu tempo de morador, comparando com a situação atual de assentado, ele disse que:

Em 1999, me lembro como se fosse hoje. Lucrei 71 sacos de feijão. Quando terminei de fazer as contas com o dono da terra, fiquei com 30 kg. A minha mulher botou dentro de umas garrafas de plástico com gás para não dá gorgulho. Em 2000, ano em que entramos aqui no assentamento, plantei estes 30 kg de feijão no que era meu e lucrei 33 sacos com ele. Tudo meu. Não paguei nada a ninguém. Não preciso mais está pagando a ninguém mais para plantar em suas terras. Tudo que lucro agora é meu. Antes tinha que trabalhar muito para produzir para dois. Agora, trabalho menos e fico com a mesma quantidade.

O seu comentário é bastante pertinente e encaixa-se na linha de raciocínio que está sendo desenvolvida neste trabalho. O trabalhador rural, separado de seu espaço natural de ação, que é a terra, e não tendo outra forma de sobrevivência, ver-se obrigado a vender sua força de trabalho para algum latifundiário da região. É a lógica natural que marca as atividades no campo em qualquer país que legalize este sistema concentrador de terras verificado no Brasil. Do total de sua produção, fica apenas com uma pequena parte para prover todas as necessidades da família, o que geralmente é insuficiente.

O terceiro grupo é formado pelos trabalhadores rurais com ocupação de meeiro e/ou diarista. O percentual de famílias que tinham este tipo de relação de trabalho no campo era de 30,61%. Meeiro é o trabalhador rural que trabalha nas terras dos proprietários rurais sem nelas residir. O pagamento pelo uso da terra é realizado através da entrega de parte de tudo o que produz ao proprietário. Esta parte que o meeiro entrega ao proprietário rural varia de 30% até 50% de toda a sua produção, dependendo do tipo de acerto.

O diarista, de todas as ocupações, é a que traz mais sofrimento para o trabalhador e para sua família. Vende um ou mais dias de serviço para o proprietário rural por valores geralmente muito baixos e sem nenhuma proteção social. Não tem vínculo empregatício, não há contribuição social, qualquer direito previdenciário ou cobertura da Previdência Social. Aqui as relações de trabalho são extremamente precárias. Para se aposentar como agricultor precisa que os proprietários rurais onde trabalhou lhes forneçam os documentos que atestem que ele trabalha, ou trabalhou em suas terras. De outra forma, não tem como provar que trabalha na agricultura.

Já no final da década de 1970, Antonio Callado escreveu sobre a cumplicidade entre fazendeiros e o poder público para a manutenção desta situação. Segundo ele, sobretudo no Nordeste brasileiro, houve uma histórica cooperação oficial para a manutenção deste tipo de regime de exploração (Callado, 1960).

Falando sobre a ação dos proprietários rurais e a convivência do poder público, Antonio Callado observou que, os fazendeiros:

Não paga salário mínimo a ninguém, usando, como um paxá, da mão-de-obra abundante e barata. Quando há seca, manda seus operários ganhar dinheiro no DNOCS, nas chamadas obras de “emergência”. Acaba a “emergência” o DNOCS restituiu ao proprietário esses “braços” (1960, p.57).

A instalação dos assentamentos rurais no Sossego introduz nova e importante dinâmica nas relações sociais, econômicas, políticas e espaciais dentro do município, estabelecendo novos níveis de relacionamento do núcleo urbano com o espaço rural, entre fazendeiros e as famílias assentadas e, entre as famílias assentadas e a terra.

Sobre a nova realidade agora experimentada pelas famílias assentadas, há uma convicção geral dentro da comunidade e que está bem expressa nas palavras do Sr. Pedro Lopes dos Santos e do Sr. Inácio da Silva Santos, beneficiários do PA Padre Assis e PA São Luis, respectivamente (ver Apêndice O).

O senhor Pedro Lopes dos Santos quando solicitado a fazer uma análise comparativa entre a vida de sua família antes e depois de ir morar no assentamento, disse que: “Quem não tinha terra agora tem. Não planta quem não quer ou se não chover. Sou um proprietário. Não dependo de ninguém e não devo favor a ninguém”. A expressão “sou proprietário” na fala do senhor Pedro revela que já há em curso um processo de construção identitária, resultado das mudanças sociais e econômicas vividas pelas famílias após sua migração para as unidades

assentadas. Já expressa também um pouco de consciência com relação à nova realidade vivida pelas famílias assentadas.

O senhor Inácio José da Silva, Presidente da Associação dos Moradores do PA São Luis, ao responder a mesma indagação, corrobora com a linha de raciocínio estabelecida pelo senhor Pedro Lopes dos Santos: “Graças a Deus não falta mais o que comer dentro de casa. Não tenho sujeição a patrão. Trabalho no que é meu. Todo ano faço o feijão do ano. A vista do que eu vivia estou no céu”.

Pode-se aqui estabelecer relação com a visão apresentada por Amartya Sen em seu trabalho “Desenvolvimento como Liberdade”. Estas pessoas não ganharam dinheiro em algum jogo. Não ficaram milionárias do dia para a noite. Apenas tiveram acesso à terra, acesso à liberdade de trabalhar no que é seu. Para o autor, não se pode falar em plena liberdade da população se seus direitos fundamentais são negligenciados ou mesmo relegados a um segundo plano.

Para ele,

As liberdades substantivas incluem capacidades elementares como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter a participação política e a liberdade de expressão etc. (2000, p. 52).

Corroborando com esta ideia de desenvolvimento com liberdade substantiva, Angela A. Kageyama traz uma contribuição bastante elucidativa da discussão. Ela coloca que:

Julgar o sucesso econômico de uma nação somente pela renda ou outro indicador objetivo de riqueza faz com que se perca de vista a melhoria do bem-estar da população. Um país com alta renda per capita e acesso restrito aos serviços de saúde e educação básica pode ter menor esperança de vida e maiores taxas de mortalidade, assim como num país com alto valor da disponibilidade de alimentos per capita pode haver segmentos da população desnutrido ou famintos (2009, p. 54)

Uma nação cujo Produto Interno Bruto – PIB é elevado, mas que produz, em suas relações sociais, grande desigualdade econômica, não pode imaginar que sua população acompanha o crescimento da nação. Crescer e desenvolvimento são palavras que assumem significados diferentes. O crescimento de uma nação se mede por seu PIB. O desenvolvimento só pode ser alcançado quando este crescimento significar benefícios reais para o conjunto geral da população (Kageyama, 2009).

A Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS, através do campus de Três Lagoas – MS, sob a coordenação de Rosemeire Aparecida de Almeida, professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia, chegou a conclusões bastante reveladoras sobre os níveis de produção comparativos entre as pequenas e grandes propriedades rurais. Propriedades com até 200 hectares apresentam níveis de produção muito superiores aos alcançados pelas grandes propriedades. Este nível de produção, segundo a pesquisa é também observado nos produtores das áreas de assentamentos rurais.

Em termos de dados reais, tendo como base o Censo Agropecuário 2006, ela aponta que:

[...] os estabelecimentos com até 50 hectares, segundo dados do Censo de 2006, multiplicaram por aproximadamente dez vezes o montante que lhes foi concedido em crédito. Segundo a pesquisadora, esses estabelecimentos receberam um total de R\$ 46,6 milhões e responderam com retorno de R\$ 434.4 milhões em valor de produção agropecuária. Já os estabelecimentos com mais de mil hectares foram nove vezes menos eficientes, já que obtiveram R\$ 1.472.448 em financiamentos e corresponderam com a produção bruta de R\$ 1.826.344. (www.incra.gov.br em 04/04/2011).

Estes dados divulgados pelo IBGE apontam para a viabilidade dos investimentos do poder público em pequenas propriedades controladas por agricultores familiares, como é o caso dos lotes nos assentamentos rurais do município de Sossego, todos com extensão inferior a 30 hectares.

A posse da terra estabelece modificações na vida das famílias beneficiárias que passam agora à condição de donos de seu pedaço de terra, o que por si só já é um fato de grande importância social, visto que representa uma ruptura do modelo de relação social vigente. Antes, os proprietários das terras exploravam a mão-de-obra destas famílias, aproveitando-se do fato de que elas não dispunham de quase nenhuma alternativa de trabalho. Tinham que se enquadrar no modelo vigente, pois, era basicamente o único. Assentadas, estas famílias passam a ser donas de uma parte de terra, criando um novo nível de diálogo com os demais proprietários e com os poderes públicos na condição de proprietários de seus próprios meios de produção, ou seja, na condição de produtores rurais.

Esta condição de proprietário de terra reveste as famílias assentadas de uma nova e importante identidade: **a de agricultor, de produtor rural.**

Kageyama apresenta importante contribuição para esta análise. “[...] a condição de proprietário da terra e dos outros meios de produção assegura ao camponês o domínio sobre o processo de trabalho e assim lhe dá a condição de trabalhador independente” (2009, p. 92).

Neste trabalho, busca-se entender esta mudança social. Antes os proprietários estabeleciam sua vontade porque controlavam o acesso à terra, a mais importante fonte de renda da região, deixando os trabalhadores reféns de sua vontade. Agora, com a posse da terra por parte das famílias beneficiárias os níveis de relacionamento mudaram. Os beneficiários não dependem mais das diárias ou da situação de colonos. Trilham nos caminhos da emancipação econômica, valor tão caro para o trabalhador rural.

Neste sentido, é necessário conhecer os impactos que a instalação destes P.A.s provocaram nas famílias beneficiárias de forma particular e, no município de Sossego de forma geral.

A instalação destes P.A.s em Sossego trouxe consigo as condições objetivas e subjetivas que interferiram de forma direta e indireta sobre a dinâmica do município, possibilitando a cada família assentada o redimensionamento de uma realidade de vida que já vinha há algumas gerações.

O processo de implantação dos assentamentos rurais no município, iniciado em 1998 com a instalação do PA Padre Assis e do PA São Luis, continuou em 2004 com a implantação do PA Campos Novos e em 2007, teve seu último ato com a implantação do Banco da Terra Sombrio. Contando, no total dos quatro projetos com 171 famílias beneficiárias, o Programa de Reforma Agrária no município de Sossego contribuiu para o surgimento das condições objetivas que deram base a um processo de significativas mudanças, sobretudo do ponto de vista das relações sociais no campo, pois, cada família assentada, de forma individual ou coletivamente, passou a construir a sua nova identidade de produtor rural, condição esta referendada por uma série de conquistas que passaram a ser incorporadas ao seu dia-a-dia e que contribuiriam para forjar e legitimar a nova situação de agricultor familiar.

Segundo Leite et al,

O acesso à terra possibilita aos assentados construir e ocuparem novos espaços sociais e também fora dos assentamentos, com reflexos sobre os centros urbanos dos municípios onde se localizam. É nesses espaços que se exprime a nova identidade desses trabalhadores como grupo social (2003, p. 132).

A primeira grande mudança observada dar-se no campo das relações sociais, visto que a instalação do assentado representou uma ruptura com a estrutura de trabalho presente no campo e que perdurava desde o início do século XX, perpassando diversas gerações. Os proprietários de terras, sabendo da necessidade das famílias trabalhadoras que não tinham

alternativas de trabalho, promoviam um sistema de exploração que, além de resultar em grandes lucros econômicos, visto que ficavam com a maior parte da produção, também impedia a emancipação econômica dos trabalhadores, pois, a parte que lhes tocava mal dava para o seu sustento. Como assinalam Medeiros e Leite "o assentamento representa uma ruptura com a situação anterior e aparece, ele mesmo, como resultado de relações de poder" (2004, p. 22).

Esta ruptura foi da mais alta importância, permitindo que as famílias assentadas passassem da situação de excluídos sociais à condição de sujeitos, agentes ativos do processo de formação político-social do meio no qual está inserido e até influenciando sobre a realidade das comunidades localizadas em seu entorno.

Estas famílias residentes nas unidades assentadas, ao emanciparem-se sócio-economicamente, passam a representar um grupo de pessoas organizadas em torno de um objetivo comum a ser seguido que é a luta do trabalhador rural por uma melhor divisão fundiária no Brasil. Interferiu na forma de negociar com os poderes públicos e com os agentes locais, fazendo com que estes repensassem suas estratégias de diálogo, pois, se antes podiam impor sua vontade a cada um pelo uso do poderio econômico, agora precisavam refazer a sua estratégia já que estão frente a um novo grupo com um objetivo definido e com um número grande de pessoas que precisavam ter suas reivindicações levadas em consideração.

Como ressalta SOUZA,

Com a implantação dos assentamentos e a organização da produção dos mesmos com base da agricultura e no trabalho familiar, passou a ocorrer um novo fluxo de demandas por bens e serviços a serem supridos pelo núcleo urbano. Essa demanda é provocada principalmente pelo aumento do número de pessoas que estão morando nas glebas, e também pela elevação do poder de compra dessas pessoas, em decorrência da venda de seus produtos agropecuários. Assim, incentivados pelo maior número de pessoas e recursos, o núcleo urbano teve que incrementar e diversificar as atividades ligadas ao comércio e aos serviços em geral (1996, p.54).

O senhor Jaime Faustino de Oliveira, um dos primeiros comerciantes da cidade de Sossego e que trabalha no comércio varejista de alimentos, questionado sobre possíveis impactos da instalação dos assentamentos sobre o comércio do município, de forma geral e, sobre o seu estabelecimento, de forma particular, afirmou que a instalação dos assentamentos no município de Sossego trouxe para o comércio local um bom número de novos clientes que passaram a fazer suas compras no seu estabelecimento comercial. Durante a entrevista, ele nos disse que:

A criação dos assentamentos trouxe um bom número de clientes para a nossa cidade que vieram de outros municípios. Falou que os moradores dos Assentamentos Padre Assis e São Luis, como ficam um pouco mais distantes da cidade, também fazem suas compras na cidade de Baraúna, Picuí e Cuité, pois fica mais perto para eles. Agora, no caso do Assentamento Campos Novos¹⁰ e do Sombrio, que ficam aqui bem pertinho da rua, quase todo mundo faz suas compras aqui na cidade.

Ainda acrescentou que observa os moradores dos assentamentos comprando em outras lojas da cidade. Roupas, material de construção, remédios, pão e outras coisas. Segundo ele, “estes assentamentos foram muito bons para o município de Sossego porque deu terra e casa para que as pessoas possam trabalhar e o governo federal sempre está mandando projetos para eles”.

Outro comerciante entrevistado foi o senhor Carlos Antonio Alves da Silva, mais conhecido como Carlinhos, dono de uma loja de material de construção denominado “Carlinhos Material de Construção”. Para ele, a instalação dos assentamentos foi um grande incentivo para o comércio local. Durante a entrevista ele afirmou:

Vendo para eles desde o começo. Furneci muito material para a construção das casas como cimento, tijolo, areia, brita, madeira, telha, tinta e outros. Depois vieram as cisternas. Em seguida veio dinheiro para a ampliação das casas e para a construção de novas cisternas. Vendo também material para uso nos lotes como bombas d’água, matracas¹¹, enxadas, carroças, arame farpado, veneno, prego, botas, luvas e etc. Também forneço material para uso elétrico e hidráulico e eles compraram muito na minha loja. Vendo também para assentamentos de outros municípios.

Segundo ainda seus relatos, o Programa de Reforma Agrária do Governo Federal é um grande incentivo para as pessoas que não tem terra para trabalhar. No seu entendimento, estas pessoas ganham a terra, a casa e ainda recebem dinheiro para comprar animais e equipamentos de uso agrícola. “Gente que vivia aí sem ter o que fazer, pedindo uma ajuda na porta da prefeitura ou trabalhando nas propriedades dos outros, agora tem onde trabalhar para sustentar sua família” completou o senhor Carlos Antonio.

No caminho das grandes mudanças ocorridas no processo de construção de sua nova identidade, a de se considerar a mudança do status social. Agora ele se assenta na condição de agricultor familiar, situação esta que lhe abre as portas de diversos setores que antes pareciam

¹⁰ Para o INCRA, o que a população chama de Assentamento Santo Antonio, é denominado de PA Campos Novos.

¹¹ Objeto de uso manual para plantio. O equipamento tem um reservatório onde é colocado o cereal que pode ser milho, feijão, fava ou outro tipo. Manualmente ele é fincado no chão e aberto, despejando de três a cinco sementes. É muito prático para uso na pequena agricultura.

inalcançáveis, possibilitando o acesso a diversos bens com os quais sempre sonhara, mas que nunca tivera as condições objetivas de adquiri-los. Neste ponto, vale repetir a frase do senhor Pedro Lopez, beneficiário do PA Padre Assis, quando diz que: “Quem não tinha terra agora tem. Não planta quem não quer ou se não chover. Sou um proprietário. Não dependo de ninguém e não devo favor a ninguém”. Este mesmo sentimento é reproduzido por quase todos os moradores. As mudanças se dão na questão da posse da terra, pois, ainda há alguns que não se sentem donos do lote. Referem-se aos lotes e as residências como sendo do INCRA. No entanto, o sentimento da grande maioria é o de considerar um agricultor.

Esta condição de agricultor rural foi bem trabalhada por Medeiros e Leite,

Com efeito, a criação do assentamento e a obtenção do status de produtor rural assentado permitiram o acesso, ainda que pontuado de dificuldades, desse segmento a benefícios dos quais anteriormente estavam completamente excluídos. É o caso, por exemplo, do crédito rural. Para além da sua importância no sentido de impulsionar a atividade econômica do assentado, os recursos mobilizados para o crédito estimulam um conjunto de atividades locais (comércio de insumos e implementos, material de construção, eletrodomésticos etc.) (2004, p.36).

Conforme assinala Wanderley, a posse da terra “é uma exigência das instâncias da política agrícola” (2009, p. 56) para a concessão de empréstimos bancários. A principal linha de crédito, como já discutido neste trabalho, é o PRONAF.

O senhor Umberto Luis de Melo é funcionário da Prefeitura Municipal de Sossego e é o responsável pela agência da EMATER na cidade. Segundo ele, os empréstimos administrados pelo escritório local têm como seu público alvo central os agricultores familiares.

Falando sobre os agricultores familiares que moram nos assentamentos, ele afirmou que:

Eles têm um documento do INCRA que comprova de imediato sua condição de agricultor. Apresentam a Relação de Beneficiários – RB e os documentos pessoais e o empréstimo é feito rapidamente. É diferente dos outros trabalhadores que não tem terra e precisam do documento do INCRA ou ITR do dono da propriedade. Geralmente os proprietários não gostam muito de ceder estes documentos. Colocam muitas dificuldades.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no Município de Sossego, Sr. Pedro Ferreira dos Santos, também foi entrevistado neste trabalho. A sede do sindicato fica na rua Horácio Ferreira, s/n, bairro Centro, Sossego/PB. Para ele, a instalação das famílias é uma

grande vitória do Programa de Reforma Agrária. As pessoas não tinham de onde tirar o seu sustento e agora tem, sinalizou o senhor Pedro de Zumim, como é mais conhecido pela comunidade. Segundo ele, o sindicato esteve desde o início apoiando a instalação dos assentamentos rurais no município de Sossego, estado presente nos primeiros dias na ocupação da Fazenda Padre Assis, local onde está instalado o PA Padre Assis.

O sindicato acredita que a concentração fundiária brasileira acaba prejudicando as famílias que não tem terra para morar e trabalhar, o que é ruim para o país, pois, fica com um grande número de pessoas sem emprego, dependendo apenas do governo através dos programas sociais como o Bolsa Família.

Ele ainda acrescentou que:

Quem está legalmente assentado tem facilidades para receber os benefícios previdenciários como Auxílio Doença, Auxílio Maternidade e para se aposentar. Com a RB ele comprova que é assentado. Só dá mais trabalho para se aposentar, pois, como os assentamentos são novos, a maioria das pessoas precisam comprovar o tempo de agricultor antes de ser assentado. Aí nem todo mundo quer ceder o INCRA ou ITR e declarar que a pessoa trabalhou em suas terras.

De forma sustentável, além do crédito bancário, o acesso a bens de consumo duráveis reveste-se de grande importância porque possibilita a estas famílias a compra de bens como geladeiras, TV etc., aquecendo o comércio local e regional, revelando-se, por si só, um indicador decisivo da melhoria das condições de vida destas famílias que agora reúnem as condições objetivas para a realização destes desejos. Lojas de roupas populares, miudezas em geral, material de construção, de produtos agropecuários (veneno, sementes, medicamento veterinário, etc.) tiveram significativa expansão.

Outra conquista não menos importante e que assume papel decisivo na própria continuidade dos assentamentos é o acesso à educação e a saúde, condição antes precária pelo fato de que estas famílias não tinham endereço fixo, necessitando de se deslocar constantemente, dificultando a evolução educacional de seus filhos que perdiam sistematicamente o ano e, não raramente, o entusiasmo pelos estudos. A condição de assentado, com endereço fixo, permite ao educando as condições objetivas de avançar nos estudos, o que será importante para ele, para a sua família e até mesmo para a sua comunidade, pois, os conhecimentos adquiridos poderão ser aplicados na própria unidade assentada.

O acesso à saúde também é condição primordial para a melhoria de vida da população. A fixação destas famílias nas unidades assentadas permite aos órgãos de saúde, como a Secretaria Municipal de Saúde - SMS e Secretaria Estadual de Saúde – SEC e, até mesmo o Ministério da Saúde – MS, um acompanhamento sistemático da evolução da saúde da comunidade. Planejar atendimento médico, fornecimento de medicamento, ação dos Agentes de Saúde, combate de epidemias, pré-natal, campanhas de vacinação infantil e adulta, controle do rebanho, em fim, permite uma série de ações que seriam dificultadas na situação anterior em que as famílias estavam.

Para Heredia et al,

As experiências dos assentamentos mostram como a nova condição de assentado representou uma melhoria no acesso à educação e a saúde, produziu impactos importantes na geração de emprego e renda, tanto no âmbito do assentamento como no entorno, que repercutiu sobre a própria dinâmica da região. (2004, p. 13).

Nesta perspectiva, a instalação dos assentamentos revestiu-se de uma importância significativa pela possibilidade de transformação de amplo setor de “grupo de marginalizados” em novos sujeitos políticos e sociais que entraram em cena no jogo do poder, criando um fato novo no meio de uma sociedade absolutamente apegada aos valores tradicionalistas, avessa a qualquer mudança em sua estrutura de poder.

Como agricultor, este cidadão vê abrir-se portas e possibilidades que antes pareciam intransponíveis. Ele agora tem sua própria casa, ou seja, um endereço fixo, seu lote de terra, vê aberto o crédito bancário e comercial, chegando, em muitos casos, a alcançar à condição de empregadores, contratando outras pessoas para trabalharem em suas terras. Aqui temos um momento importante, pois, quem antes só trabalhava para os outros agora contrata mão-de-obra para trabalhar na construção, reforma e ampliação das residências, beneficiamento dos lotes, trabalho na agricultura, etc.

Para Kageyama,

Uma das dimensões mais importantes das lutas dos camponeses brasileiros está centrada no esforço para constituir um “território” familiar, um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores (2009, p.173).

Tabela 3 – Avaliação do nível de acesso à educação e à saúde após a instalação das famílias nas unidades assentadas em comparação com a situação anterior.

Evolução do acesso à educação e à saúde após as famílias serem assentadas						
Tipo do serviço público	Quantidade de pessoas que acham que piorou o acesso educação e saúde		Quantidade de pessoas que acham que não houve mudança no acesso educação e saúde		Quantidade de pessoas que acham que melhorou o acesso educação e saúde	
	Quantidade de famílias	%	Quantidade de famílias	%	Quantidade de famílias	%
Educação	0	0,00	0	0,00	49	100,00
Saúde	0	0,00	0	0,00	49	100,00
Total	0	0,00	0	0,00	49	100,00

Fonte: dados da pesquisa com os beneficiários. Março a julho/2011

Os dados da pesquisa apresentados na Tabela 3 indicam um nível alto de satisfação quando o assunto é o acesso a serviços essenciais para a comunidade assentada como educação e saúde. Para todas as famílias entrevistadas, houve uma melhoria no nível de acesso a estes serviços a partir do momento em que passaram a residir na Agrovila das unidades assentadas ou no Banco da Terra Sombrio. Neste ponto, o relato do senhor Manoel Florentino, beneficiário do PA São Luis, é bastante esclarecedor.

Para ele,

Como a maioria das famílias não tinham um endereço fixo de trabalho, às vezes residindo em outros estados do país, sempre que precisavam de atendimento médico enfrentavam dificuldades por que nem sempre estavam próximos do seu lugar de cadastro para o atendimento pelo Sistema Único de Saúde – SUS.

Outro ponto destacado pelas famílias beneficiárias está no fato de que um número grande de pessoas morando em um mesmo lugar, como é o caso das agrovilas, facilita a instalação de serviços essenciais pelo Poder Público, como escolas, hospitais e transporte escolar entre outros. Em cada um dos assentamentos o município de Sossego instalou uma unidade educacional, seja funcionando em prédio próprio ou utilizando o espaço da sede, conforme destacamos no primeiro e segundo capítulo deste trabalho. A educação, nas sociedades modernas, é fator de distinção social e caminho para posições mais privilegiadas na pirâmide social. Pessoas com elevado nível de formação educacional e que desfrute de boas condições de saúde, naturalmente tem melhores condições de inserção no mercado de trabalho, sobretudo quando imaginamos que este mercado se apresenta cada vez mais

competitivo, excludente e seletivo. Segundo dados do Governo Federal, o nível de formação educacional está intimamente ligado ao nível de percepção salarial e a expectativa de vida do cidadão.

A instalação destes assentamentos também provocou um impacto significativo sobre a vida das comunidades do seu entorno, pois, representou o aumento do número de consumidores e da oferta de produtos produzidos na região, proporcionando assim um aquecimento nas relações econômicas.

Heredia et al (2004, 134)

Assim, um dos impactos mais evidentes provocados pelos assentamentos nas áreas urbanas vizinhas tem sido o aquecimento das feiras e do movimento do comércio.

Nesta perspectiva, o Status de Produtor Rural, o processo de emancipação política que o elevou a condição de sujeito de seu próprio tempo e as conquistas advindas de sua nova realidade social ofereceram às condições objetivas sobre as quais estes assentados estão forjando a sua nova identidade, contribuindo de forma decisiva sobre os níveis de desenvolvimento da região e para a melhoria de vida da população do município. Concomitantemente ao fato de que as famílias beneficiárias nas unidades assentadas receberem um pedaço de terra para trabalhar, algo de alto valor identitário, também recebem do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal verba para construção de sua casa própria.

Se considerarmos que o déficit habitacional brasileiro apresenta altos índices de famílias sem uma casa para morar, sobretudo nos grandes centros urbanos, a condição de assentado alcança de imediato às famílias em dois sentidos: primeiro no sentido do acesso à terra e, depois porque com a terra vem o acesso a outro bem de fundamental importância para convivência em família, que é a casa própria. Um pedaço de terra para trabalhar e uma casa para morar é o resultado imediato que as famílias beneficiárias alcançam ao se instalarem nas unidades de assentamentos rurais.

Este direito é tão caro para a sociedade brasileira, que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, parágrafo XI declara que “a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial”. A casa é um patrimônio de extremo valor social e não pode ser violado sem a expressa

autorização do seu proprietário ou por decisão judicial quando houver uma clara violação da lei por alguém que nela estiver residindo.

Quadro 1 – Avaliação da infraestrutura nas agrovilas dos PAS do município de Sossego.

Nível de satisfação das famílias beneficiárias com a estrutura das agrovilas							
A estrutura da agrovila é ruim		A estrutura da agrovila é regular		A estrutura da agrovila é boa		A estrutura da agrovila é ótima	
Quantidade de respostas	%	Quantidade de respostas	%	Quantidade de respostas	%	Quantidade de respostas	%
--	--	22	44,90	27	55,10	--	--

Fonte: Dados obtidos a partir da pesquisa com os beneficiários. Março a julho/2011

Uma das questões trabalhadas nesta pesquisa está relacionada ao nível de satisfação que as famílias têm com relação às condições da infraestrutura das Agrovilas. Das 49 famílias entrevistadas nas três agrovilas, o nível de satisfação está concentrado entre àqueles que acham que a infraestrutura está regular e àqueles que acham que a infraestrutura está boa. Há que se considerar duas situações. A primeira é que nenhuma das famílias entrevistadas considera que a infraestrutura das Agrovilas é ruim. Por outro lado, nenhuma das famílias entrevistadas atribuiu conceito ótimo para as Agrovilas. A avaliação sobre a “estrutura regular” recebeu 44,9% das indicações, enquanto 50,1% escolheram “estrutura boa” para identificar a sua visão sobre a infraestrutura das Agrovilas. Os principais problemas apontados nas entrevistas estão relacionados à qualidade das estradas que dão acesso a sede do município, já que as vias são de barro batido. Para a senhora Vera Lúcia da Silva Azevedo, beneficiária do PA PADRE ASSIS, a Prefeitura de Sossego está sempre passando a máquina¹² nas estradas (ver Apêndice O). “O problema é que quando chove acaba todo o serviço feito nas estradas”, acrescentou ela.

A saúde, apesar de ser considerada boa pela maioria das famílias residentes nas agrovilas, sofre pela falta de espaço de atendimento adequado em virtude das limitadas dimensões dos Postos Médicos construídos nas comunidades do PA Padre Assis e do PA São Luis. No PA Campos Novos o atendimento é feito na sede. Os postos médicos existentes e que foram construídos pela Prefeitura Municipal de Sossego na administração 2001 a 2008, conforme já foi descrito no segundo capítulo, não oferece as mínimas condições de

¹² Patrol utilizada na manutenção das estradas e que pertence a Prefeitura de Sossego.

atendimento. Na avaliação dos moradores, às condições de atendimento são fraquíssimas em virtude do reduzido tamanho do prédio, não comportando as necessidades das comunidades onde estão instalados.

Com relação a escolas o PA São Luis e o PA Padre Assis são os únicos dotados de prédio escolar próprio. Conforme mencionado no segundo capítulo, o PA Padre Assis recebeu um prédio novo para sua escola construído pela Prefeitura Municipal de Sossego e a escola do PA São Luis está sendo reformada para receber um Centro de Informática para o atendimento dos alunos que lá estudam.

Outro fator que representa alto nível de descontentamento das famílias assentadas está relacionado à atuação do INCRA nas unidades instaladas. É recorrente as reclamações com relação à participação deste órgão, seja no apoio técnico para a produção, seja na demora na concessão de empréstimos. Nos dois casos as famílias assentadas têm a nítida percepção de que, se o INCRA estivesse mais presente e fosse mais ágil, o nível de produção e a qualidade de vida nas unidades assentadas seria bem melhor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi construído a partir da hipótese de que o Programa de Reforma Agrária do Governo Federal, com destaque para a implantação dos Assentamentos Rurais, seria uma importante alternativa para enfrentar o problema do grande número de famílias de trabalhadores rurais que não tem acesso a terra.

Esta visão está baseada no estudo apresentado na obra Assentamentos Rurais: Mudança Social e Dinâmica Regional, livro organizado por Leonilde Servolo de Medeiros e Sergio Leite, em 2004. Neste livro os autores pesquisam experiências de assentamentos em todas as regiões do Brasil e, a partir dos resultados colhidos, apresentam importantes evidências que comprovam a melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas.

O acesso a um pedaço de terra para trabalhar e dela retirar o sustento para toda a família. O acesso a casa própria onde pode morar e construir um novo ambiente familiar. O alcance da situação de agricultor familiar, dono da sua terra e com possibilidades de acessar o crédito bancário e o crédito comercial. A possibilidade de ter acesso regular a serviços de saúde e educação, além dos demais programas sociais como o Bolsa Família e o Seguro Safra entre outros, são evidências da melhoria de sua qualidade de vida.

A facilidade de acesso a estes benefícios dar-se pelo fato de que a família beneficiária passa a ter um endereço fixo, um local que significa estabilidade e oferece potencialidades de ingresso ao mercado de trabalho e consumo.

Tomando como referência as pesquisas do trabalho acima citado, de dimensão nacional, foi desenvolvida uma pesquisa a partir de quatro unidades de assentamentos no município de Sossego/PB. Partiu-se do princípio de que os resultados observados na pesquisa nacional poderiam, ou não, se repetirem nas experiências objeto desta pesquisa. Estas semelhanças e/ou diferenças, poderiam aparecer em maior ou menor intensidade.

Uma das primeiras marcas da implantação das áreas de assentamento no município de Sossego se deu na questão da concentração fundiária. Aproximadamente 5.000 hectares de terras, o que corresponde a algo em torno de 1/3 de toda a área do município estavam sob o controle de apenas três famílias. Ao serem desapropriadas, estas propriedades foram distribuídas com 171 famílias que passaram a morar e trabalhar nas terras, produzindo renda para o sustento da família e incorporando riqueza para o município. Há uma nítida e marcante quebra no monopólio da Terra no município.

Mesmo que os dados demonstrem que a estrutura fundiária brasileira manteve-se quase inalterada nas últimas décadas, é inegável também que, no município de Sossego esta experiência desorganizou sua forte concentração fundiária. Espalhando-se para outros municípios, fica evidente que os assentamentos podem contribuir para alterar o mapa da posse da terra no Brasil.

Foi observado também que o simples acesso a terra, a casa própria, ao crédito bancário e comercial, a serviços de saúde e educação não são suficientes para produzir emancipação econômica definitiva às famílias assentadas. A partir das entrevistas, percebeu-se que a ação do INCRA nas unidades assentadas acontece de forma bastante descontinuada e desarticulada das necessidades dos assentados. Foi reclamação corrente que este órgão precisa melhorar significativamente sua ação junto às famílias para dinamizar as ações de trabalho e produção. A demora nos financiamentos e a falta de assistência técnica estão entre as principais reclamações.

Observou-se também que a implantação das unidades assentadas promoveram uma série de impactos sobre as famílias assentas e sobre o entorno dos assentamentos.

O primeiro impacto observado deu-se quando estas famílias, quase todas com tradição de trabalhar e morar em terras de terceiros, passaram a ter sua própria propriedade rural. De simples trabalhadores do campo, estas famílias passaram à condição de pequenos agricultores, desfrutando de todos os benefícios que esta condição lhes ofereceu.

Proprietários de uma parte de terra, em geral entre 15 e 30 hectares, estas famílias passam a condição de agricultores familiares. Na terra fixam residência e trabalho. Nela produzem as condições objetivas e subjetivas para o seu sustento. Na condição de assentados, passam a acessar créditos bancários com juros e formas de pagamentos diferenciados do mercado de crédito convencional. Programas como o PRONAF oferecem empréstimos a juros bem menores que os praticados no mercado regular de crédito, além do prazo para o pagamento. Geralmente, a primeira parcela é paga com um ano de carência e uma vez quitada até a data do vencimento, o beneficiário ainda recebe um desconto que pode chegar até a 25% do valor total da parcela.

O segundo impacto pode ser observado no acesso à casa própria. No caso do nosso país, que tem um déficit habitacional estimado em 8 milhões de moradias, sendo que deste total, aproximadamente 85% oriundas das classes sociais que percebem renda inferior a dois salários mínimos, o assentamento se apresenta como importante alternativa para a redução deste déficit habitacional, associando, de forma articulada, moradia e renda.

Mesmo com o Programa Minha Casa Minha Vida, que tem como objetivo facilitar o financiamento da casa própria para as famílias mais carentes, ainda lhes é muito difícil acessar este programa, o que torna a ação da implantação dos programas de assentamentos rurais ainda mais importante. O acesso a casa própria é aqui visto como o segundo grande impacto que estas famílias têm quando são instaladas nas unidades assentadas.

O terceiro impacto observado na pesquisa dar-se sobre o trabalho das famílias. Até então, estas famílias trabalhavam nas terras dos grandes proprietários da região nas diversas modalidades de ocupação rural observadas na pesquisa: moradores, diaristas e meeiros eram as principais formas de trabalho. Agora, trabalham nas suas terras, escolhendo o tipo e forma de produção, pois, são os proprietários dos meios e modos de produção.

Serviços como atendimento médico e escolas regulares, no caso dos assentamentos pesquisados, foram instalados para atender as necessidades da comunidade.

Embora os movimentos sociais ligados ao campo apresentem diversas críticas relacionadas ao programa de reforma agrária do governo federal, sobretudo porque sua execução não consegue transformar a estrutura fundiária e econômica do país, é inegável que tem provocado mudanças positivas para as famílias assentadas.

O que ficou bastante evidente, a partir das entrevistas realizadas, foi à sensação de que a simples instalação do assentamento e a entrega da terra e da casa própria para as famílias, por si só, não resolve os seus problemas sociais e econômicos. Programas complementares como os financiamentos para a reforma e ampliação da própria residência e para a construção de cisternas, aquisição de equipamentos agrícolas, beneficiamento dos lotes e financiamento da produção são igualmente importantes.

Além do mais, os programas sociais do Governo Federal como o Bolsa Família, o Garantia Safra, o PRONAF, Salário Maternidade, entre outros, também exercem papel central para o sucesso do assentamento. Igualmente importante quanto assentar é oferecer às condições para que as famílias possam fazer seu lote produzir e gerar renda para a manutenção da família.

Pode-se então dividir o programa em duas etapas de importância equivalente. A primeira etapa está consolidada quando a família recebe o lote de terra e passa a residir e trabalhar no assentamento. A segunda etapa inicia-se a partir da conclusão da primeira e não tem data para terminar. Trata-se do apoio necessário do poder público para que às famílias possam consolidar sua permanência no programa. Neste sentido, a ação do INCRA nas áreas

pesquisadas precisaria ser bem mais efetiva, tanto no que diz respeito à facilitação do acesso ao crédito quanto à assistência técnica para as famílias.

Este trabalho, portanto, espera ter dado sua contribuição para a discussão da reforma agrária brasileira, somando-se aos demais que tratam e trataram do mesmo tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARACUHY, José Geraldo de Vasconcelos; LIMA, Vera Lúcia Antunes de e SAMPAIO, Francisco Monte Alverne de S. **Dossiê de Ambiente Município de Sossego - PB**. UFCG – Centro de Desenvolvimento, Difusão e Apoio Comunitário. Campina Grande – 2005.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; Norder, L. A. C. **Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo (1960-1997)**. In: Leite, S. e Medeiros, L. S. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**. Rio Grande do Sul, Editora da Universidade, 1999.

CALLADO, Antonio. **Industriais da seca e os "Galileus" de Pernambuco**. São Paulo, Ed. Civilização Brasileira, 1960.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo/Campinas: Ícone/UNICAMP, 1985.

DENCKER, A. de F. M. **Métodos e técnicas de pesquisas em turismo**. 4ª ed. São Paulo: Futura, 2000. 286 p.

DEZEMONE, M.A. de O. **Conflitos rurais no Brasil: breve exame no século XX**. Revista Cantareira dos Estudantes da Área de História da UFF. 2002.v. 1, n.1, pp.1-13.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.115, p.139-154, mar. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a05n115.pdf>. Acesso em: 20/março/2011.

FREITAS, Marta Erislândia. **Impactos da reforma agrária sobre a estrutura fundiária e o uso do solo na Zona da Mata paraibana**. Monografia de Graduação, DGEOC/UFPB. João Pessoa, 2001.

GADELHA, Regina Maria d'Aquino Fonseca. **A lei de terras (1850) e a abolição da escravidão: capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX**. *Revista História*. [online]. 1989, n.120, pp. 153-162.

GARCIA JR. Afrânio *et alii*. **Assentamentos rurais em perspectiva comparada: uma análise das dimensões econômica, social, histórica e ambiental**. Ed. Mimeo. Projeto de Pesquisa. Rio de Janeiro, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HEREDIA, Beatriz; LEITE, Sérgio; MEDEIROS, Leonilda... [et al] coord. **Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo, Ed. UNESP, 2004.

HEREDIA, Beatriz; LEITE, Sérgio; MEDEIROS, Leonilda... [et al] coord. **Os impactos regionais da reforma agrária: um estudo sobre áreas selecionadas**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ-Nuap/PPGAS/UFRJ, 2001.

KAGEYAMA, Angela A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro.** Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2008.

LEITE, Sérgio; MEDEIROS, Leonilde. **Impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais.** Rio de Janeiro: Convênio CPDA – FINEP, 2002.

LIMA, Silvânia Félix de. **Impactos territoriais da criação de assentamentos rurais: o caso dos PAs Timbó e Mata Verde - Espírito Santo/RN.** João Pessoa: UFPB. 157p. 2010 (Dissertação de Mestrado).

MARRE, J. L. **História de vida e método biográfico.** Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, UFRGS, v. 3, n. 3, p. 89-141, 1991.

MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária – o impossível diálogo sobre a História possível.** Tempo Social; Revista Sociologia. USP, São Paulo, 11(2): 97-128, 2000.

MARX, K. **Salário, preço e lucro.** In: CIVITA, V. (Ed.) **Os pensadores: Karl Marx.** São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de e LEITE, Sérgio. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas.** Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 1999.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de e LEITE, Sérgio. **Assentamentos Rurais: Mudança Social e Dinâmica Regional.** Rio de Janeiro, Ed. Mauad, 2004.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes. **A atualidade da questão agrária na Paraíba.** Texto Didático para discussão. João Pessoa: DGEOC, 2010.

NEVES, D. P. **Assentamento Rural: reforma agrária em migalhas.** Eduff, Niterói, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária.** Estudos Avançados v. 15, n. 43, 2001

PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira.** 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital.** São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, José Vicente Tavares dos Santos. **Matuchos: exclusão e luta; do sul para a Amazônia.** Petrópolis, Vozes, 1993.

SAUER, S. **A luta pela terra e a reinvenção do rural.** In: ANAIS DO XI CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. Campinas: UNICAMP, 2003.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** Tradução de Laura Teixeira Motta. 7ª reimpressão. São Paulo, SP, Ed. Companhia das Letras, 2000. Título original: Development as freedom.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.** São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SILVA, José De Ribamar Sá. **Segurança alimentar, produção agrícola familiar e assentamentos de reforma agrária no Maranhão**. São Luis: UFMA. 2006. 218 p. (Tese de doutorado).

SOUZA, S. P. **Os assentamentos rurais no contexto espacial e sócio-econômico do município de Euclides da Cunha Paulista**: Monografia de Bacharelado – UNESP Presidente Prudente-SP, 1996.

TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes. Política pública e organização agrária no Cariri Paraibano. Revista Geonordeste (UFS), v. XIX p. 107-127, ano 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O Mundo Rural como um Espaço de Vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. 1ª Ed. Porto Alegre-RS, Ed. UFRGS, 2009.

Site: www.planalto.gov.br

Site: www.ibge.gov.br

APÊNDICES

APÊNDICE A – Fotos com beneficiários do PA Padre Assis



Sr. Inácio José dos Santos e dona Lourdes, sua esposa.
Foto: José Carlos Antunes, março/2011



Sr. Moacir Ferreira Marques.
Foto: José Carlos Antunes, março/2011



Sr. Lourinho
Foto: José Carlos Antunes, março/2011



Sra. Juscelina
Foto: José Carlos Antunes, março/2011

APÊNDICE B – Fotos do PA Padre Assis



Vista panorâmica da Agrovila do PA Padre Assis

Foto: José Carlos Antunes, março/2011



Vista Panorâmica da Agrovila do PA Padre Assis

Foto: José Carlos Antunes, março/2011



Sede da Associação dos Moradores do PA Padre Assis

Foto: José Carlos Antunes, março/2011



Rua Central na Agrovila do PA Padre Assis

Foto: José Carlos Antunes, março/2011

APÊNDICE C – Fotos com beneficiário do PA São Luis



Sr. Manoel Florentino

Foto: José Carlos Antunes, março/2011

APÊNDICE D – Fotos do PA São Luis



Vista panorâmica da Agrovila do PA São Luis

Foto: José Carlos Antunes, março/2011



Rua Central na Agrovila do PA São Luis

Foto: José Carlos Antunes, março/2011

APÊNDICE D – Fotos do PA São Luis



Rua Central da Agrovila do PA São Luis

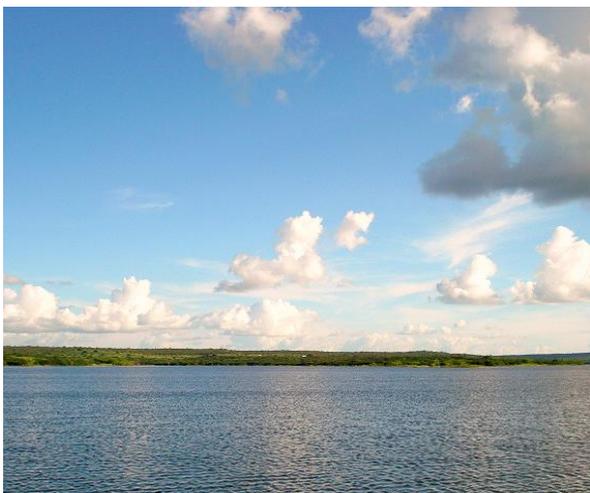
Foto: José Carlos Antunes, março/2011



Sede da Associação dos Moradores do PA São Luis

Foto: José Carlos Antunes, março/2011

APÊNDICE E – Açude Santa Rita



Vista do Açude Santa Rita

Foto: José Carlos Antunes, março/2011



Vista da parede do Açude Santa Rita

Foto: José Carlos Antunes, março/2011

APÊNDICE F – Fotos do PA Campos Novos



Vista panorâmica da Agrovila do PA Campos Novos

Foto: José Carlos Antunes, março/2011



Rua Central da Agrovila do PA Campos Novos

Foto: José Carlos Antunes, março/2011



Antiga Sede da Fazenda Timbaúba

Foto: José Carlos Antunes, março/2011



Sede da Associação dos Moradores do PA Campos Novos

Foto: José Carlos Antunes, março/2011

APÊNDICE G – Açude do PA Campos Novos



Vista açude do PA Campos Novos

Foto: José Carlos Antunes, março/2011



Sangradouro do Açude do PA Campos Novos

Foto: José Carlos Antunes, março/2011

APÊNDICE H – Poeta Severino Antunes de Lima



Poeta Severino Antunes de Lima

Foto: José Carlos Antunes, março/2011



Poeta Severino Antunes de Lima com sua esposa Margarida de Melo Lima

Foto: José Carlos Antunes/2011